

Companhia
Melhoramentos
Norte do Paraná

**Demonstrações financeiras em
31 de Dezembro de 2018**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balanços patrimoniais	7
Demonstrações dos resultados	8
Demonstrações dos resultados abrangentes	9
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	10
Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto	11
Notas explicativas às demonstrações financeiras	12



KPMG Auditores Independentes
Avenida Presidente Vargas, 2.121
Salas 1401 a 1405, 1409 e 1410 - Jardim América
Edifício Times Square Business
14020-260 - Ribeirão Preto/SP - Brasil
Caixa Postal 457 - CEP 14001-970 - Ribeirão Preto/SP - Brasil
Telefone +55 (16) 3323-6650
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas
Companhia Melhoramentos Norte do Paraná
Jussara - PR

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras consolidadas e individuais da Companhia Melhoramentos Norte do Paraná (“Companhia”), identificadas como consolidado e controladora, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas e individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira e consolidadas e individuais da Companhia Melhoramentos Norte do Paraná em 31 de dezembro de 2018, o desempenho, consolidado e individual de suas operações e os seus fluxos de caixas consolidados e individuais para o exercício findo nesta data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.



Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas e individuais”. Somos independentes em relação à Companhia e sua controlada, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras consolidadas e individuais

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras consolidadas e individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia e sua controlada continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e sua controlada ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas e individuais

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras consolidadas e individuais, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras consolidadas e individuais.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras consolidadas e individuais, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.



- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e sua controlada.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e sua controlada. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras consolidadas e individuais ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e sua controlada a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras consolidadas e individuais, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas e individuais. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Ribeirão Preto, 25 de janeiro de 2019

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

Fernando Rogério Liani
Contador CRC 1SP229193/O-2

Companhia Melhoramentos Norte do Paraná

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	Consolidado		Controladora		Passivo	Nota	Consolidado		Controladora	
		2018	2017	2018	2017			2018	2017	2018	2017
Circulante						Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	6	123.321	65.586	122.902	60.183	Fornecedores	18	44.424	55.189	44.423	55.180
Aplicações financeiras	6	143.142	-	138.121	-	Empréstimos e financiamentos	19	45.034	77.445	45.034	77.445
Contas a receber de clientes	7	3.520	9.522	2.380	8.301	Financiamentos - Cooperativa	21	54.564	90.432	54.564	90.432
Contas correntes - Cooperativa	8	28.088	25.339	28.088	25.339	Adiantamento de clientes	22	59	30.396	59	30.396
Estoques	9	112.475	75.596	102.695	69.585	Passivos fiscais parcelados		48	26	48	26
Ativo biológico	10	71.226	65.475	71.226	65.475	Passivos fiscais		2.131	3.859	1.715	3.841
Impostos a recuperar	11	21.565	22.568	21.503	22.568	Salários e encargos sociais		21.394	16.434	21.390	16.431
Adiantamento a fornecedores		6.551	3.308	6.551	3.308	Dividendos a pagar		53.637	6.788	53.637	6.788
Outros créditos	12	2.265	51.071	2.871	51.966	Outras obrigações		511	5.459	511	5.459
Total do ativo circulante		512.153	318.465	496.337	306.725	Total do passivo circulante		221.802	286.028	221.381	285.998
Realizável a longo prazo						Fornecedores	18	-	21	-	21
Aplicações financeiras	6	134.843	8.639	134.843	8.639	Empréstimos e financiamentos	19	504.455	264.621	504.455	264.621
Contas a receber de clientes	7	5.463	5.374	1.392	1.765	Instrumentos financeiros derivativos	20	18.985	-	18.985	-
Estoques	9	31.910	31.733	16.861	16.815	Financiamentos - Cooperativa	21	7.957	9.167	7.957	9.167
Depósitos judiciais	22	1.923	1.802	1.923	1.802	Outras obrigações		8.238	2.794	8.238	2.794
Impostos a recuperar	11	2.653	4.180	2.653	4.180	Passivos fiscais parcelados		176	-	176	-
Outros créditos	12	52.030	63	52.019	63	Provisão para contingências	22	46.576	3.459	46.576	3.459
Total do realizável a longo prazo		228.822	51.791	209.691	33.264	Impostos a recolher		3.614	3.357	3.304	3.081
Investimentos	14	23.979	8.952	57.948	38.701	Passivo fiscal diferido	13	56.483	45.986	56.249	45.785
Outros investimentos	15	4.904	5.142	4.904	5.142	Total do passivo não circulante		646.484	329.405	645.940	328.928
Propriedade para investimentos	16	37.467	37.467	37.467	37.467	Patrimônio líquido	25				
Imobilizado	17	467.604	428.422	467.601	428.418	Capital social		123.081	123.081	123.081	123.081
Total do ativo não circulante		762.776	531.774	777.611	542.992	Reserva de reavaliação		3.864	4.397	3.864	4.397
						Reservas de lucros		292.829	117.457	292.829	117.457
						Ajuste de avaliação patrimonial		(13.147)	(10.144)	(13.147)	(10.144)
						Patrimônio líquido atribuível aos controladores		406.627	234.791	406.627	234.791
						Participações de não controladores		16	15	-	-
						Total do patrimônio líquido		406.643	234.806	406.627	234.791
						Total do passivo		868.286	615.433	867.321	614.926
Total do ativo		1.274.929	850.239	1.273.948	849.717	Total do passivo e patrimônio líquido		1.274.929	850.239	1.273.948	849.717

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Companhia Melhoramentos Norte do Paraná

Demonstrações dos resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

		<u>Consolidado</u>		<u>Controladora</u>	
	<u>Nota</u>	<u>2018</u>	<u>2017</u>	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Receita operacional líquida	27	449.881	427.161	447.163	161.305
Mudança de valor justo de ativo biológico	10	(2.221)	1.952	(2.221)	1.952
Custo dos produtos vendidos e serviços prestados	29	<u>(345.450)</u>	<u>(320.073)</u>	<u>(344.816)</u>	<u>(141.704)</u>
Lucro bruto		<u>102.210</u>	<u>109.040</u>	<u>100.126</u>	<u>21.553</u>
Outros resultados operacionais	28	365.798	28.894	365.774	25.808
Administrativas e gerais	29	(93.531)	(49.246)	(93.495)	(15.933)
Despesas com vendas	29	(2.563)	(1.966)	(2.396)	(844)
Dividendos recebidos		<u>-</u>	<u>60</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos		<u>371.914</u>	<u>86.782</u>	<u>370.009</u>	<u>30.584</u>
Receitas financeiras		39.008	12.270	38.044	6.365
Despesas financeiras		<u>(79.787)</u>	<u>(62.828)</u>	<u>(79.755)</u>	<u>(47.916)</u>
Financeiras líquidas	30	<u>(40.779)</u>	<u>(50.558)</u>	<u>(41.711)</u>	<u>(41.551)</u>
Resultado da equivalência patrimonial	14	<u>16.527</u>	<u>-</u>	<u>19.086</u>	<u>31.780</u>
Resultado antes dos impostos		<u>347.662</u>	<u>36.224</u>	<u>347.384</u>	<u>20.813</u>
Imposto de renda e contribuição social correntes	13	(98.493)	(12.131)	(98.249)	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	13	<u>(12.044)</u>	<u>1.856</u>	<u>(12.011)</u>	<u>5.128</u>
		<u>(110.537)</u>	<u>(10.275)</u>	<u>(110.260)</u>	<u>5.128</u>
Lucro líquido do exercício		<u>237.125</u>	<u>25.949</u>	<u>237.124</u>	<u>25.941</u>
Resultado atribuído aos:					
Acionistas controladores		237.124	25.941	237.124	25.941
Acionistas não controladores		<u>1</u>	<u>8</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Lucro líquido do exercício		<u>237.125</u>	<u>25.949</u>	<u>237.124</u>	<u>25.941</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Companhia Melhoramentos Norte do Paraná

Demonstrações dos resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

	Consolidado		Controladora	
	2018	2017	2018	2017
Lucro líquido do exercício	237.125	25.949	237.124	25.941
Outros resultados abrangentes				
Ajuste instrumentos financeiros - <i>hedge accounting</i>	(4.551)	-	(4.551)	-
Tributos diferidos s/ <i>hedge accounting</i>	1.547	-	1.547	-
Ajuste a valor justo de investimento em controlada	-	-	-	(6.035)
Resultado abrangente total	<u>234.121</u>	<u>25.949</u>	<u>234.120</u>	<u>19.906</u>
Resultado abrangente atribuível para:				
Acionistas controladores	234.120	25.941	234.120	19.906
Acionistas não controladores	<u>1</u>	<u>8</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado abrangente total	<u>234.121</u>	<u>25.949</u>	<u>234.120</u>	<u>19.906</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Companhia Melhoramentos Norte do Paraná

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

	Reservas de lucros				Lucros acumulados	Ajuste de avaliação patrimonial	Total atribuível aos controladores	Participação de não controladores	Total
	Capital social	Reserva de reavaliação	Legal	Estatutária operacional					
Saldo em 01 de janeiro de 2017	103.905	4.767	20.781	98.812	-	(4.109)	224.156	75	224.231
Aumento de capital por conta de reserva de lucros	19.095	-	-	(19.095)	-	-	-	-	-
Aumento de capital por conta da incorporação	81	-	-	-	-	-	81	(68)	13
Participação dos administradores no lucro	-	-	-	(3.099)	-	-	(3.099)	-	(3.099)
Realização da reserva de reavaliação	-	(370)	-	-	370	-	-	-	-
Ajuste a valor justo de investimento em controlada	-	-	-	-	-	(4.095)	(4.095)	-	(4.095)
Valor da diferença entre o laudo de cisão e a data da cisão	-	-	-	-	-	2	2	-	2
Baixa de saldo da cisão	-	-	-	-	-	(1.942)	(1.942)	-	(1.942)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	25.941	-	25.941	8	25.949
Destinação do lucro líquido:									
Constituição de reserva legal	-	-	1.297	-	(1.297)	-	-	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	(6.253)	-	(6.253)	-	(6.253)
Constituição de reserva estatutária	-	-	-	18.761	(18.761)	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2017	123.081	4.397	22.078	95.379	-	(10.144)	234.791	15	234.806
Participação dos administradores no lucro	-	-	-	(2.500)	-	-	(2.500)	-	(2.500)
Realização da reserva de reavaliação	-	(533)	-	-	533	-	-	-	-
Ajuste instrumentos financeiros - <i>hedge accounting</i>	-	-	-	-	-	(3.003)	(3.003)	-	(3.003)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	237.124	-	237.124	1	237.125
Destinação do lucro líquido:									
Constituição de reserva legal	-	-	2.538	-	(2.538)	-	-	-	-
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	(6.700)	-	(6.700)	-	(6.700)
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	(53.085)	-	(53.085)	-	(53.085)
Constituição de reserva estatutária	-	-	-	175.334	(175.334)	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2018	123.081	3.864	24.616	268.213	-	(13.147)	406.627	16	406.643

Companhia Melhoramentos Norte do Paraná

Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

	Nota	Consolidado		Controladora	
		2018	2017	2018	2017
Fluxos de caixa das atividades operacionais					
Lucro líquido do exercício		237.125	25.949	237.124	25.941
Ajustado por:					
Depreciação do imobilizado e ativo biológico	10 e 17	142.392	113.516	142.392	99.344
Valor residual dos ativos imobilizados e investimentos baixados		6.443	1.254	6.443	1.187
Ajuste a valor presente - contas a receber		3.536	(1.888)	2.877	(201)
Ajuste a valor justo de propriedade para investimento		-	(23.641)	-	(23.641)
Resultado de equivalência patrimonial		(16.527)	-	(19.086)	(31.780)
Mudança no valor justo de ativos biológicos	10	2.221	(1.952)	2.221	(1.952)
Juros e variações monetárias		52.111	54.734	52.110	41.389
Provisão para contingências		43.117	(6)	43.117	51
Ganho não realizado em operações com controladas	22	-	-	-	(5.727)
Impostos diferidos		12.044	(1.856)	12.011	(5.128)
		482.462	166.110	479.209	99.483
Variações de ativos e passivos					
(Aumento) redução em aplicações financeiras		(269.346)	5.195	(264.325)	123
(Aumento) redução em impostos a recuperar		2.530	546	2.592	(319)
(Aumento) redução de estoques		(37.056)	(13.604)	(33.156)	(4.260)
(Aumento) redução em contas a receber de clientes		2.377	(3.957)	3.417	(1.832)
(Aumento) em contas correntes - Cooperativa		(2.749)	(2.198)	(2.749)	(2.482)
(Aumento) redução em outros créditos e adiantamento a fornecedores		(6.225)	1.593	(6.225)	4.087
(Aumento) redução em passivos fiscais		99.263	12.430	98.623	(876)
Aumento (redução) em salários e encargos sociais		4.960	(985)	4.959	(109)
Aumento (redução) em fornecedores		(10.786)	15.322	(10.778)	5.500
Aumento em outras obrigações e adiantamento de clientes		(29.841)	29.092	(29.841)	26.435
Juros pagos	19	(51.463)	(47.935)	(51.134)	(37.058)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(100.536)	(19.140)	(100.328)	-
Dividendos recebidos		1.504	-	2.112	13.744
		85.094	142.469	92.376	102.436
Fluxo de caixa proveniente das atividades operacionais					
Fluxo de caixa de atividades de investimentos					
Caixa oriundo de investida incorporada.		-	-	-	25.956
Aquisição de investimentos		-	(3.214)	(2.298)	-
Aquisições de ativo biológico	10	(61.597)	(53.331)	(61.597)	(52.178)
Aquisições de ativo imobilizado	17	(134.392)	(85.727)	(134.392)	(54.243)
		(195.989)	(142.272)	(198.287)	(80.465)
Fluxo de caixa usado nas atividades de investimentos					
Fluxo de caixa de atividades de financiamentos					
Pagamento de empréstimos e financiamentos	19	(609.643)	(370.386)	(609.643)	(218.305)
Tomada de empréstimos e financiamentos	19	794.261	435.775	794.261	257.154
Dividendos e juros sobre capital próprio		(15.988)	(21.041)	(15.988)	(16.946)
		168.630	44.348	168.630	21.903
Fluxo de caixa proveniente das (usado nas) atividades de financiamentos					
Aumento (redução) líquido em caixa e equivalentes de caixa					
		57.735	44.545	62.719	43.874
Demonstração do aumento (diminuição) do caixa e equivalente de caixa					
No início do exercício		65.586	21.041	60.183	16.309
No fim do exercício		123.321	65.586	122.902	60.183
		57.735	44.545	62.719	43.874

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A Companhia tem sede na Cidade de Jussara, Estado do Paraná e unidades operacionais no mesmo Estado.

Suas atividades preponderantes compreendem a exploração agrícola e industrial da cana-de-açúcar e de outras espécies vegetais, em especial a produção e comercialização de etanol, açúcar e seus subprodutos, a agricultura, a produção e comercialização de mudas e sementes, a indústria, comércio e exportação dos produtos explorados pela Companhia, podendo exportá-los e importar bens e insumos para seu uso e consumo próprio, a produção e comercialização de energia elétrica, o comércio de imóveis urbanos e rurais e a participação, na qualidade de sócia ou acionista, em outras empresas.

Até o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017, a cana-de-açúcar, substancialmente era comercializada junto a controlada Destilarias Melhoramentos S.A. (incorporada) a preços praticados em conformidade com o Regulamento do Conselho de Produtores de Cana-de-Açúcar, Açúcar e Álcool do Estado do Paraná, aprovado pelo Consecana - PR. A partir do exercício de 2018, com a incorporação da controlada Destilarias Melhoramentos S.A., a cana-de-açúcar foi considerada como matéria prima para a produção de etanol.

CMNP Imobiliária Ltda.

A controlada CMNP Imobiliária Ltda. tem como objeto a compra e venda, a permuta e quaisquer outras formas de aquisição e alienação de bens imóveis, inclusive doação, a administração de bens próprios e a promoção de loteamentos e incorporações imobiliárias sobre imóveis próprios.

2 Entidades do Grupo

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações da Controladora Companhia Melhoramentos Norte do Paraná e seguinte controlada:

Controladas	País de domicílio	Percentual de Participação (*)	
		2018	2017
CMNP Imobiliária Ltda	Brasil	99,96	99,77

(*) Considerando a participação direta e indireta

3 Base de preparação

Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC e CFC)

As demonstrações financeiras consolidadas e individuais foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

A emissão das demonstrações financeiras consolidadas e individuais foram autorizadas pela administração da Companhia em 24 de janeiro de 2019. Após a sua emissão, somente os acionistas têm o poder de alterar as demonstrações financeiras. Detalhes sobre as políticas contábeis da Companhia estão apresentadas na nota explicativa 5.

Este é o primeiro conjunto de demonstrações financeiras anuais do grupo no qual o CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente e o CPC 48 - Instrumentos Financeiros foram aplicados.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

a. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras consolidadas e individuais são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia e sua controlada. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação das demonstrações financeiras consolidadas e individuais a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revistos de uma maneira contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

a. Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação de políticas contábeis tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas e individuais estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa nº 13** - Ativos e passivos fiscais diferidos;
- **Nota explicativa nº 26** - Instrumentos financeiros; e
- **Nota explicativa nº 5 (i e t(a))** - Operações e classificações de arrendamento mercantil.

b. Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre incertezas sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativo e passivos no exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2018 estão incluídas nas seguintes notas explicativas;

- **Nota explicativa nº 17** - Vida útil do ativo imobilizado;
- **Nota explicativa nº 22** - Provisão para contingências;
- **Nota explicativa nº 10** - Ativo biológico;
- **Nota explicativa nº 16** - Propriedade para investimentos;
- **Nota explicativa nº 7** - Contas a receber de clientes.

(i) Mensuração do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia e sua controlada requerem a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros.

A Companhia e sua controlada estabeleceram uma estrutura de controle relacionada à mensuração de valor justo. Isso inclui uma equipe de avaliação que possui a responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo, incluindo os valores justos de Nível 3 com reporte diretamente a Diretoria.

A equipe de avaliação revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar valor justo, a equipe de avaliação analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos dos CPC, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas.

Questões significativas de avaliação são reportadas para o Diretor Presidente da Companhia e sua controlada.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia e sua controlada usam dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma.

- **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- **Nível 2:** *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- **Nível 3:** *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

A Companhia e sua controlada reconhecem as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças.

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa nº 10** - Ativo biológico;
- **Nota explicativa nº 16** - Propriedade para investimentos; e
- **Nota explicativa nº 26** - Instrumentos financeiros

5 Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras consolidadas e individuais.

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Controladora Companhia Melhoramentos Norte do Paraná e sua controlada CMNP Imobiliária Ltda.

a. Mudanças nas principais políticas contábeis

Uma série de novas normas também entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2018, mas não afetaram materialmente as demonstrações financeiras da Companhia e sua controlada.

b. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- Os instrumentos financeiros derivativos são mensurados pelo valor justo;
- Os instrumentos financeiros não-derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo;
- Títulos de dívida e patrimoniais a VJORA (2017: ativos financeiros disponíveis para venda) são mensurados pelo valor justo;
- Os ativos biológicos são mensurados pelo valor justo menos o custo de venda;
- As propriedades para investimento são mensuradas pelo valor justo.

c. Base de consolidação

(i) Controlada

As demonstrações financeiras da controlada são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle, se inicia até a data em que o controle deixa de existir. As políticas contábeis da controlada estão alinhadas com as políticas adotadas pela Controladora.

Nas demonstrações financeiras individuais da Controladora as informações financeiras de controlada são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

(ii) **Transações eliminadas na consolidação**

Saldos e transações entre as companhias e quaisquer receitas ou despesas derivadas de transações intergrupo, são eliminadas na preparação das demonstrações financeiras consolidadas. Ganhos não realizados oriundos de transações com companhias investidas registrado por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Controladora nas companhias investidas. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente até o ponto em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

d. **Moeda estrangeira**

Transações em moeda estrangeira são convertidas para a respectiva moeda funcional da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. O ganho ou perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado da moeda funcional no começo do período, ajustado por juros e pagamentos efetivos durante o período, e o custo amortizado em moeda estrangeira à taxa de câmbio no final do período de apresentação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes na reconversão são reconhecidas no resultado.

e. **Instrumentos financeiros**

(i) **Reconhecimento e mensuração inicial**

O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia e sua controlada se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

(ii) **Classificação e mensuração subsequente**

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA - instrumento de dívida; ao VJORA - instrumento patrimonial; ou ao VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia e sua controlada mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia e sua controlada pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA. Essa escolha é feita investimento por investimento.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos. No reconhecimento inicial, a Companhia e sua controlada pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda os requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio

A Companhia e sua controlada realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia e sua controlada;
- os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e
- a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia e sua controlada.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros - avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros

Para fins dessa avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia e sua controlada considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia e sua controlada considera:

- eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa;
- termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- os termos que limitam o acesso da Companhia e sua controlada a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

Ativos financeiros - Política

A Companhia e sua controlada classificou os ativos financeiros nas seguintes categorias:

- empréstimos e recebíveis;
- ativos financeiros mantidos até o vencimento;
- ativos financeiros disponíveis para venda; e
- ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, e dentro dessa categoria como:
 - o ativos financeiros mantidos para negociação;
 - o instrumentos derivativos de *hedge*; ou
 - o ativos financeiros designados ao valor justo por meio do resultado.

Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

(iii) Desreconhecimento

Ativos financeiros

A Companhia e sua controlada desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia e sua controlada transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia e sua nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

A Companhia e sua controlada realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Passivos financeiros

A Companhia e sua controlada desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia e sua controlada também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

(iv) Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia e sua controlada tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(v) **Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de hedge**

A Companhia e sua controlada mantém instrumentos financeiros derivativos para proteger suas exposições aos riscos de variação de moeda estrangeira e taxa de juros. Derivativos embutidos são separados de seus contratos principais e registrados separadamente caso o contrato principal não seja um ativo financeiro e certos critérios sejam atingidos.

Os derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as variações no valor justo são normalmente registradas no resultado.

A Companhia e sua controlada designa certos derivativos como instrumentos de *hedge* para proteção da variabilidade dos fluxos de caixa associada a transações previstas altamente prováveis, resultantes de mudanças nas taxas de câmbio e de juros, além de determinados passivos financeiros derivativos e não derivativos como instrumentos de *hedge* de riscos cambiais de um investimento líquido em uma operação estrangeira.

No início das relações de *hedge* designadas, a Companhia e sua controlada documenta o objetivo do gerenciamento de risco e a estratégia de aquisição do instrumento de *hedge*. A Companhia e sua controlada também documenta a relação econômica entre o instrumento de *hedge* e o item objeto de *hedge*, incluindo se há a expectativa de que mudanças nos fluxos de caixa do item objeto de *hedge* e do instrumento de *hedge* compensem-se mutuamente.

Hedges de fluxo de caixa

Quando um derivativo é designado como um instrumento de *hedge* de fluxo de caixa, a porção efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida em outros resultados abrangentes e apresentada na conta de reserva de *hedge*. A porção efetiva das mudanças no valor justo do derivativo reconhecido em ORA limita-se à mudança cumulativa no valor justo do item objeto de *hedge*, determinada com base no valor presente, desde o início do *hedge*. Qualquer porção não efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida imediatamente no resultado.

A Companhia e sua controlada designa apenas as variações no valor justo do elemento spot dos contratos de câmbio a termo como instrumento de *hedge* nas relações de *hedge* de fluxo de caixa. A mudança no valor justo do elemento futuro de contratos a termo de câmbio (*forward points*) é contabilizada separadamente como custo de *hedge* e reconhecida em uma reserva de custos de *hedge* no patrimônio líquido.

Quando a transação objeto de *hedge* prevista resulta no reconhecimento subsequente de um item não financeiro, tal como estoques, o valor acumulado na reserva de *hedge* e o custo da reserva de *hedge* são incluídos diretamente no custo inicial do item não financeiro quando ele é reconhecido.

Com relação às outras transações objeto de *hedge*, o valor acumulado na reserva de *hedge* e o custo da reserva de *hedge* são reclassificados para o resultado no mesmo período ou em períodos em que os fluxos de caixa futuros esperados que são objeto de *hedge* afetarem o resultado.

Caso o *hedge* deixe de atender aos critérios de contabilização de *hedge*, ou o instrumento de *hedge* expire ou seja vendido, encerrado ou exercido, a contabilidade de *hedge* é descontinuada prospectivamente. Quando a contabilização dos *hedges* de fluxo de caixa for descontinuada, o valor que foi acumulado na reserva de *hedge* permanece no patrimônio líquido até que, para um instrumento de *hedge* de uma transação que resulte no reconhecimento de um item não financeiro, ele for incluído no custo do item não financeiro no momento do reconhecimento inicial ou, para outros *hedges* de fluxo de caixa, seja reclassificado para o resultado no mesmo período ou períodos à medida que os fluxos de caixa futuros esperados que são objeto de *hedge* afetarem o resultado.

Caso os fluxos de caixa futuros que são objeto de *hedge* não sejam mais esperados, os valores que foram acumulados na reserva de *hedge* e o custo da reserva de *hedge* são imediatamente reclassificados para o resultado.

Hedges de investimentos líquidos

Quando um instrumento derivativo ou um passivo financeiro não derivativo forem designados como um instrumento de *hedge* para proteger um investimento líquido em uma operação estrangeira, a porção efetiva para um derivativo de mudanças no valor justo do instrumento de *hedge* ou, para um instrumento não derivativo, os ganhos e perdas cambiais, é reconhecida em ORA e apresentada como ajuste acumulado de conversão no patrimônio líquido. Qualquer porção não efetiva das variações no valor justo do derivativo ou dos ganhos e perdas cambiais sobre os instrumentos não derivativos é reconhecida imediatamente no resultado. O valor reconhecido em ORA é reclassificado para o resultado como um ajuste de reclassificação quando da alienação da operação estrangeira.

A política aplicada em 2018 para todos os *hedges* de fluxos de caixa, incluindo *hedges* de transações que resultam no reconhecimento de itens não financeiros, os valores acumulados na reserva de *hedge* de fluxo de caixa foram reclassificados para o resultado no mesmo período ou períodos em que os fluxos de caixa futuros esperados que são objeto de *hedge* afetaram o resultado.

f. Capital social - Controladora

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Os dividendos mínimos obrigatórios conforme definido em estatuto são reconhecidos como passivo.

g. Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*), se aplicável.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia e sua controlada incluem o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados, e custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado.

(ii) Custos subsequentes

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos. Os custos de manutenção no dia-a-dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

(iii) Depreciação

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Ativos arrendados são depreciados pelo exercício que for mais curto entre o prazo do arrendamento e as suas vidas úteis, a não ser que esteja razoavelmente certo de que a Companhia e sua controlada irão obter a propriedade ao final do prazo do arrendamento. Terrenos não são depreciados.

As taxas médias anuais para o período corrente são as seguintes:

	<u>Média ponderada</u>	
	Consolidado	Controladora
Equipamentos agrícolas e pastoris	7%	7%
Construções e instalações	3%	3%
Equipamentos de escritório	5%	5%
Equipamentos de transporte	5%	5%
Equipamentos técnicos	4%	4%
Plantas portadoras (cana-de-açúcar)	15%	15%
Culturas permanentes	4%	4%

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis. No exercício de 2018, não houve alteração significativa na vida útil dos bens do ativo imobilizado.

h. Propriedade para investimento

A propriedade para investimento é inicialmente mensurada pelo custo e subsequentemente ao valor justo, sendo que quaisquer alterações no valor justo são reconhecidas no resultado.

Ganhos e perdas na alienação de uma propriedade para investimento (calculado pela diferença entre o valor líquido recebido na venda e o valor contábil do item) são reconhecidos no resultado.

Quando uma propriedade para investimento anteriormente reconhecida como ativo imobilizado é vendida, qualquer montante reconhecido em ajuste de avaliação patrimonial é transferido para lucros acumulados.

A receita de aluguel de propriedades para investimento é reconhecida como receita pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento. Os incentivos de arrendamentos concedidos são reconhecidos como parte integrante da receita total de aluguel, durante o prazo do arrendamento.

A receita de aluguel de outras propriedades é reconhecido como outras receitas.

i. Arrendamentos

(i) *Determinando quando um contrato contém um arrendamento*

No início do contrato, a Companhia e sua controlada determinam se ele é ou contém um arrendamento.

No início ou na reavaliação sobre se um contrato contém um arrendamento, a Companhia e sua controlada separam os pagamentos e outras contraprestações requeridas pelo contrato referentes ao arrendamento daquelas referentes aos outros elementos do contrato com base no valor justo relativo de cada elemento. Se a Companhia e sua controlada concluem, para um arrendamento financeiro, que é impraticável separar os pagamentos de forma confiável, então o ativo e o passivo são reconhecidos por um montante igual ao valor justo do ativo; subsequentemente, o passivo é reduzido quando os pagamentos são efetuados e o custo financeiro associado ao passivo é reconhecido utilizando a taxa de captação incremental a Companhia e sua controlada.

(ii) *Ativos arrendados*

Arrendamentos de ativos imobilizado que transferem para a Companhia e sua controlada substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade são classificados como arrendamentos financeiros. No reconhecimento inicial o ativo arrendado é medido pelo valor igual ao menor valor entre o seu valor justo e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento mercantil. Após o reconhecimento inicial, o ativo é registrado de acordo com a política contábil aplicável ao ativo.

Os ativos mantidos sob outros arrendamentos são classificados como arrendamentos operacionais e não são reconhecidos no balanço patrimonial da Companhia e sua controlada.

(iii) Pagamento de arrendamentos

Os pagamentos de arrendamentos operacionais são reconhecidos no resultado pelo método linear pelo prazo do arrendamento. Os incentivos recebidos são reconhecidos como parte integrante das despesas totais de arrendamento, ao longo da vigência do arrendamento.

Os pagamentos mínimos de arrendamento efetuados sob arrendamentos financeiros são alocados como despesas financeiras e redução do passivo a pagar. As despesas financeiras são alocadas em cada período durante o prazo do arrendamento visando produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo.

j. Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado no princípio da média ponderada móvel e inclui gastos incorridos na aquisição de estoques, custos de produção e transformação e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes. No caso dos estoques manufaturados e produtos em elaboração, o custo inclui uma parcela dos custos gerais de fabricação baseado na capacidade operacional normal.

O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas de vendas.

Os imóveis a comercializar são avaliados ao custo de aquisição. O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzidos das despesas com vendas.

A Companhia realiza anualmente manutenções em sua unidade industrial, aproximadamente no período de dezembro a março. Os principais custos de manutenção incluem custos de mão de obra, materiais externos e despesas gerais indiretas alocadas durante o período de entressafra. Tais custos são contabilizados como manutenção industrial e amortizados durante a safra seguinte.

k. Redução ao valor recuperável (*impairment*)

(i) Ativos financeiros não derivativos

Instrumentos financeiros e ativos contratuais

A Companhia e sua controlada reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre:

- ativos financeiros mensurados ao custo amortizado;
- investimentos de dívida mensurados ao VJORA; e
- ativos de contrato.

A Companhia e sua controlada mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os itens descritos abaixo, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses:

- títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço; e
- outros títulos de dívida e saldos bancários para os quais o risco de crédito (ou seja, o risco de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro) não tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial.

As provisões para perdas com contas a receber de clientes e ativos de contrato são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia e sua controlada considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia e sua controlada, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (forward-looking).

A Companhia e sua controlada presume que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente se este estiver com mais de 30 dias de atraso.

A Companhia e sua controlada considera um ativo financeiro como inadimplente quando:

- é pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito ao Grupo, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma); ou
- o ativo financeiro estiver vencido há mais de 90 dias.

O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual o Grupo está exposto ao risco de crédito.

Mensuração das perdas de crédito esperadas

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos a Companhia e sua controlada de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia e sua controlada espera receber).

As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro.

Ativos financeiros com problemas de recuperação

Em cada data de balanço, a Companhia e sua controlada avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado e os títulos de dívida mensurados ao VJORA estão com problemas de recuperação.

Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação" quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário;
- quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 90 dias;
- reestruturação de um valor devido a Companhia e sua controlada em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- a probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
- o desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

Para títulos de dívida mensurados ao VJORA, a provisão para perdas é debitada no resultado e reconhecida em ORA.

Baixa

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia e sua controlada não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. Com relação a clientes individuais, a Companhia e sua controlada adota a política de baixar o valor contábil bruto quando o ativo financeiro está vencido há 180 dias com base na experiência histórica de recuperação de ativos similares. Com relação a clientes corporativos, a Companhia e sua controlada faz uma avaliação individual sobre a época e o valor da baixa com base na existência ou não de expectativa razoável de recuperação. A Companhia e sua controlada não espera nenhuma recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia e sua controlada para a recuperação dos valores devidos.

Ativos financeiros não derivativos

Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado eram avaliados em cada data de balanço para determinar se havia evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor incluía:

- inadimplência ou atrasos do devedor;
- reestruturação de um valor devido a Companhia e sua controlada em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência/recuperação judicial;
- mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores;
- o desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras; ou

- dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiros.

Para investimentos em títulos patrimoniais, evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável incluía um declínio significativo ou prolongado no seu valor justo abaixo do custo. A Companhia e sua controlada considerava um declínio de 20% como significativo e o período de 9 meses como prolongado.

(ii) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia e sua controlada, que não os ativos biológicos, propriedade para investimento, estoques e ativos fiscais diferidos, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado. No caso de ágio, o valor recuperável é testado anualmente.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs. O ágio de combinações de negócios é alocado às UGCs ou grupos de UGCs que se espera que irão se beneficiar das sinergias da combinação.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma pro rata.

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada ao ágio não é revertida. Quanto aos demais ativos, as perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

I. Investimentos

O investimento na entidade sobre a qual a Companhia exerce influência significativa é contabilizado pelo método de equivalência patrimonial, sendo inicialmente contabilizados no balanço patrimonial ao custo, adicionados das mudanças após a aquisição da participação societária.

A demonstração do resultado reflete a parcela dos resultados das operações das coligadas com base no método da equivalência patrimonial. Quando uma mudança for diretamente reconhecida no patrimônio líquido da coligada, a Companhia reconhecerá sua parcela nas variações

ocorridas e divulgará esse fato, quando aplicável, na demonstração das mutações do patrimônio líquido.

Após a aplicação do método da equivalência patrimonial, a Companhia determina se é necessário reconhecer perda adicional do valor recuperável sobre o investimento da Companhia em sua coligada. A Companhia determina, em cada data de fechamento do balanço patrimonial, se há evidência objetiva de que o investimento na coligada sofreu perda por redução ao valor recuperável. Se assim for, a Companhia calcula o montante de perda por redução ao valor recuperável como a diferença entre o valor recuperável da coligada e o valor contábil e reconhece o montante na demonstração do resultado.

Quando ocorrer perda de influência significativa sobre a coligada, a Companhia passa a reconhecer o investimento a valor justo.

O investimento mantido na Copersucar S.A. e na CMNP Imobiliária Ltda. são registrados e avaliados pelo método de equivalência patrimonial com base nas demonstrações financeiras levantadas na mesma data base da Companhia conforme demonstrado na Nota 14.

m. Ativos biológicos

Os ativos biológicos são mensurados pelo valor justo, deduzidos das despesas de venda. Alterações no valor justo menos despesas de venda são reconhecidos no resultado. Custos de venda incluem todos os custos que seriam necessários para vender os ativos, incluindo despesas de transporte. A cana-de-açúcar em pé é transferida ao estoque pelo seu valor justo, deduzido das despesas estimadas de venda apurados na data de corte.

n. Benefícios a empregados

(i) Plano de contribuição definida

Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual a Companhia paga contribuições fixas para uma entidade separada (Fundo de previdência) e não terá nenhuma obrigação legal ou construtiva de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições e o plano de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos períodos durante os quais serviços são prestados pelos empregados. Contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo mediante a condição de que haja o ressarcimento de caixa ou a redução em futuros pagamentos esteja disponível. As contribuições para um plano de contribuição definida cujo vencimento é esperado para 12 meses após o final do período no qual o empregado presta o serviço são descontadas aos seus valores presentes.

(ii) Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

o. Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia e sua controlada tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo.

p. Receita operacional

Venda de produtos

O CPC 47 estabelece uma estrutura abrangente para determinar se e quando uma receita é reconhecida e por quanto a receita é mensurada. Ele substituiu o CPC 30/IAS 18 - Receitas, o CPC 17/IAS 11- Contratos de Construção e interpretações relacionadas. De acordo com o CPC 47, a receita é reconhecida quando o cliente obtém o controle dos bens ou serviços. Determinar o momento da transferência de controle - em um momento específico no tempo ou ao longo do tempo - requer julgamento.

As mudanças não afetaram as demonstrações financeiras do Companhia e sua controlada.

As receitas de vendas de etanol são reconhecidas no resultado do exercício baseado na participação, determinada de acordo com a produção do Grupo em relação às outras cooperadas, em conformidade com as definições contábeis do Parecer Normativo CST nº 66, de 5 de setembro de 1986, que refletem as práticas contábeis adotadas no Brasil.

q. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem empréstimos, líquidas de desconto a valor presente das provisões, variações no valor justo por meio do resultado e perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) reconhecidas nos ativos financeiros. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos.

Os ganhos e perdas cambiais são reportados em uma base líquida.

r. Imposto de renda e contribuição social

O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente e diferido, para a Controladora e sua controlada, são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, 100% do lucro tributável anual para as atividades rurais e 30% do lucro tributável anual para as demais atividades. Para a Controlada CMNP Imobiliária Ltda., o imposto de renda e a contribuição social são apurados de acordo com a legislação vigente do “lucro presumido”. Com base nesse regime, o lucro tributável corresponde a 8% e 12% do faturamento, acrescido de outras receitas operacionais, para fins de imposto de renda e da contribuição social, respectivamente. Imposto de renda - Calculado à alíquota de 15% sobre o lucro presumido tributável acrescido do adicional de 10% sobre o excedente de R\$ 240. Contribuição social - Calculada à alíquota de 9% sobre o lucro presumido tributável.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por diferenças temporárias dedutíveis não utilizados quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

s. Aspectos ambientais

As instalações da Companhia e sua controlada estão sujeitas às regulamentações ambientais. A Companhia e sua controlada diminuem os riscos associados com assuntos ambientais, por procedimentos operacionais e controles e investimentos em equipamento de controle de poluição e sistemas. A Companhia acredita que nenhuma provisão para perdas relacionadas a assuntos ambientais é requerida atualmente, baseada nas atuais leis e regulamentos em vigor.

t. Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2019. A Companhia e sua controlada não adotaram essas alterações na preparação destas demonstrações financeiras.

Entre as normas que ainda não estão em vigor, espera-se que o CPC 06 (R2)/IFRS 16 tenha um impacto material nas demonstrações financeiras da Companhia e de sua controlada no período de aplicação inicial.

a) CPC 06 (R2) - Arrendamentos

A Companhia e sua controlada deverá adotar o CPC 06(R2) - Arrendamentos a partir de 1º de janeiro de 2019.

A Companhia e sua controlada estão avaliando o potencial impacto que a aplicação inicial do CPC 06 (R2) terá sobre as demonstrações financeiras consolidadas.

Neste momento os impactos relevantes estão associados aos contratos de parcerias de terras agrícolas, cujos os valores estimados são de R\$ 315.629 no ativo não circulante e sua contrapartida no passivo circulante no valor de R\$ 27.107 e no passivo não circulante no valor de R\$ 288.522.

O CPC 06 (R2) introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais.

O CPC 06 (R2) substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06/IAS 17 Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03/IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27 Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil.

Durante 2018, a Companhia efetuou uma avaliação detalhada do impacto do CPC 06 (R2). O impacto inicial aproximado da adoção do CPC 06 (R2) está estimado em:

Ativos

Ativos de direito de uso	315.629
--------------------------	----------------

Passivos

Parcerias a pagar	194.837
-------------------	---------

Imposto de renda e contribuição social diferidos	41.070
--	--------

235.907

Impacto no patrimônio líquido

79.722

A Companhia aplicará o CPC 06 (R2) retrospectivamente para cada período de divulgação anterior apresentado. A Companhia optará por adotar a norma para contratos que foram anteriormente identificados como parcerias agrícolas que utilizam o CPC 06 (R1) e o ICPC 03 - Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil. Portanto, a Companhia não aplicará a norma a contratos que não tenham sido previamente identificados como contratos que contenham um arrendamento nos termos do CPC 06 (R1) e o ICPC 03.

b) Outras normas

As seguintes normas alteradas e interpretações não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia.

- ICPC 22 Incerteza sobre Tratamentos de Tributos sobre o Lucro.
- Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto (Alterações no CPC 18(R2) / IAS 28).

6 Caixa e equivalentes de caixa

	<u>Consolidado</u>		<u>Controladora</u>	
	2018	2017	2018	2017
Caixa e depósitos bancários	246	265	232	134
Aplicações financeiras	123.075	65.321	122.670	60.049
	<u>123.321</u>	<u>65.586</u>	<u>122.902</u>	<u>60.183</u>

As aplicações financeiras equivalentes de caixa, são de alta liquidez e prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Esses investimentos financeiros referem-se a Certificados de Depósito Bancários (CDB), Compromissadas remunerados a taxa média de 93,45% da variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

A exposição da Companhia e sua controlada a risco de taxas e análise de sensibilidade para os ativos e passivos está apresentada na Nota Explicativa nº 26.

Aplicações financeiras

	Consolidado		Controladora	
	2018	2017	2018	2017
Aplicações financeiras - Circulante	143.142	-	138.121	-
Aplicações financeiras - Não Circulante	134.843	8.639	134.843	8.639
	277.985	8.639	272.964	8.639

As aplicações financeiras de curto prazo, referem-se a Certificados de Depósitos Bancários (CDB), Compromissadas e Fundos de Investimentos, que em sua maioria foram aplicados na 2ª quinzena do mês de dezembro de 2018, apresentando uma remuneração média de 139,28% da variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

As aplicações de longo prazo referem-se a Compromissada e Certificados de Depósitos Bancários (CDB), remunerados à taxa média de 98,29% (98,18% em 2017) da variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) e estão garantindo contratos de Capital de Giro e Carta de Fiança em nome da Companhia.

7 Contas a receber de clientes

	Consolidado		Controladora	
	2018	2017	2018	2017
Contas a receber de clientes no país	8.983	14.896	3.772	10.066
	8.983	14.896	3.772	10.066
Circulante	3.520	9.522	2.380	8.301
Não circulante	5.463	5.374	1.392	1.765
	8.983	14.896	3.772	10.066

Conforme nota explicativa 5(p), não há efeito material para adoção do CPC 47.

8 Contas correntes - Cooperativa

Correspondem aos direitos a receber por comercialização de etanol junto a Cooperativa de Produtores de Cana-de-Açúcar, Açúcar e Álcool do Estado de São Paulo.

9 Estoques

Consolidado

	2018	2017
Produtos acabados (i)	65.739	39.627
Imóveis a comercializar (ii)	41.690	37.744
Manutenção industrial (iii)	5.526	6.764
Almoxarifado	28.676	22.944
Outros	2.754	250
	144.385	107.329
Circulante	112.475	75.596
Não circulante	31.910	31.733
	144.385	107.329

Controladora

	2018	2017
Produtos acabados (i)	65.739	39.627
Imóveis a comercializar (ii)	16.861	16.815
Manutenção industrial (iii)	5.526	6.764
Almoxarifado	28.676	22.944
Outros	2.754	250
	119.556	86.400
Circulante	102.695	69.585
Não circulante	16.861	16.815
	119.556	86.400

- (i) Os produtos acabados referem-se substancialmente a etanol e estão à disposição da Cooperativa para comercialização.
- (ii) Os estoques no ativo não circulante referem-se substancialmente a imóveis da Companhia e de sua controlada destinados à venda.
- (iii) A conta de manutenção industrial inclui gastos incorridos na manutenção de equipamentos industriais e agrícolas que são acumulados no decorrer da entressafra para apropriação ao custo de produção da safra seguinte.

A Companhia cedeu em garantia lotes rurais que encontram-se contabilizados na rubrica imóveis a comercializar, para suas operações de Capital de Giro, Custeio Agrícola e Finame o valor de R\$ 51.124 (R\$ 43.314 em 2017) e o saldo em 31 de dezembro de 2018 é de R\$ 32.229 (R\$ 37.977 em 2017).

10 Ativo biológico

A Companhia adotou o Pronunciamento Técnico CPC 29 - Ativo Biológico, atendendo, assim, os dispostos estabelecidos no Pronunciamento Técnico, onde os seus ativos biológicos (cana-de-açúcar) passaram a ser mensurados ao valor justo menos a despesa de venda no momento do reconhecimento inicial e no final de cada período de competência.

Em 31 de dezembro de 2018 os fluxos de caixa foram descontados por 10,77% (11,04% em 2017) que é o WACC (*Weight Average Capital Cost* - Custo Médio Ponderado do Capital) do Grupo.

a. Cana-de-açúcar

(i) Principais premissas utilizadas para atribuição do valor justo aos ativos biológicos

Com base no CPC 29 (IAS 41) - Ativo Biológico e Produto Agrícola, a Companhia reconheceu seus ativos biológicos a valor justo onde a lavoura de cana-de-açúcar são valorizadas por seu valor justo, o qual reflete o preço de venda de ativo menos os impostos e custos necessários para colocação do produto em consumo ou venda. As metodologias utilizadas na mensuração do valor justo dos ativos biológicos correspondem à projeção dos fluxos de caixa futuros de acordo com o ciclo de produtividade da lavoura de cana-de-açúcar, levando-se em consideração as variações de preço e crescimento dos ativos biológicos.

(ii) Apresentação

A seguir estão demonstradas as movimentações dos ativos biológicos da Companhia:

Consolidado e controladora

Em milhares de Reais

Agrícola

Saldo em 1º de janeiro de 2017	43.147
Adições de tratos culturais	52.178
Aumento devido incorporação	20.492
Mudança no valor justo menos despesas estimadas de venda	1.952
Amortizações e depreciações do exercício	<u>(52.294)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2017	<u><u>65.475</u></u>
Saldo em 1º de janeiro de 2018	65.475
Adições de tratos culturais	61.597
Mudança no valor justo menos despesas estimadas de venda	(2.221)
Amortizações e depreciações do exercício	<u>(53.625)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2018	<u><u>71.226</u></u>

A estimativa do valor justo poderia aumentar (diminuir) se:

- O preço estimado do ATR fosse maior (menor);
- A produtividade (toneladas por hectare e quantidade de ATR) prevista fosse maior (menor); e
- A taxa de desconto fosse menor (maior)

As atividades operacionais de cultivo de cana-de-açúcar estão expostas às variações decorrentes das mudanças climáticas, pragas, doenças e incêndios florestais e outras forças naturais.

Historicamente, as condições climáticas podem causar volatilidade no setor sucroenergético e, conseqüentemente, nos resultados operacionais da Companhia, por influenciarem as safras aumentando ou reduzindo as colheitas. Além disso, os negócios da Companhia estão sujeitos à sazonalidade de acordo com o ciclo de crescimento da cana-de-açúcar na região Centro-Sul do Brasil.

Soqueiras de cana-de-açúcar

As áreas cultivadas representam apenas as plantas de cana-de-açúcar.

	<u>Consolidado e Controladora</u>	
	2018	2017
Área a ser replantadas (hectares)	9.872	8.905
Custo do replantio (R\$/hectares)	7.388,17	6.939,25

Lavouras de cana-de-açúcar

As áreas cultivadas representam apenas as plantas de cana-de-açúcar, sem considerar as terras em que estas lavouras se encontram. As seguintes premissas foram utilizadas na determinação do valor justo:

	<u>Consolidado e Controladora</u>	
	2018	2017
Área estimada de colheita (hectares)	43.007	41.213
Produtividade prevista (toneladas de cana / hectare)	79,19	76,34
Quantidade total de açúcar recuperável - ATR (kg/t)	124,14	126,60
Valor do kg de ATR	0,63	0,57

O ativo biológico cana-de-açúcar possui sua realização na safra 2019/2020.

11 Impostos a recuperar

	Consolidado		Controladora	
	2018	2017	2018	2017
ICMS a recuperar	22.662	24.279	22.662	24.279
COFINS a recuperar	440	1.142	440	1.142
PIS a recuperar	135	248	135	248
INSS a recuperar	191	189	191	189
IRPJ a recuperar	759	856	702	856
Outros	31	34	26	34
	24.218	26.748	24.156	26.748
Circulante	21.565	22.568	21.503	22.568
Não circulante	2.653	4.180	2.653	4.180
	24.218	26.748	24.156	26.748

12 Outros créditos

	Consolidado		Controladora	
	2018	2017	2018	2017
Indenizações a receber (1)	51.911	49.498	51.911	49.498
Dividendos a receber	-	-	608	896
Outros	2.384	1.636	2.371	1.635
	54.295	51.134	54.890	52.029
Circulante	2.265	51.071	2.871	51.966
Não circulante	52.030	63	52.019	63
	54.295	51.134	54.890	52.029

- (1) Refere-se ao crédito a receber por conta do “Precatório” junto a União Federal no montante de R\$ 51.911 com emissão em 26 de junho de 2017 em razão da condenação da União Federal pelos prejuízos causados pela fixação de preços do setor sucroalcooleiro no período de março de 1985 a outubro de 1989, sob o argumento de que os preços fixados para o setor sucroalcooleiro, foram inferiores aos custos médios de produção apurados pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) e do Instituto do Açúcar e Alcool (IAA).

Após a sentença ter julgado os pedidos improcedentes, o TRF deu provimento à apelação da Companhia, condenando a União Federal em razão da existência de dano certo, jurídico, especial e anormal causado por ato de agentes do Poder Público. Iniciada a execução, essa teve o seu trâmite suspenso até que fossem julgados os Embargos à Execução opostos pela União Federal, que transitaram em julgado a favor da Companhia durante o exercício de 2016. Em junho de 2017 foi emitido o precatório para pagamento.

Tendo em vista que o montante da indenização é composto substancialmente, por juros e atualização monetária, a referida indenização foi contabilizada na rubrica receitas financeiras (Nota nº 30) no resultado do exercício em contrapartida de indenizações a receber no ativo circulante.

Os valores devidos de honorários aos advogados encontram-se contabilizados na rubrica despesas administrativas no resultado em contrapartida a outras obrigações no passivo circulante, no montante de R\$ 5.191.

13 Ativos e passivos fiscais diferidos

a. Natureza dos tributos diferidos

Impostos diferidos de ativos e passivos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e seu respectivo valor contábil.

Em 31 de dezembro de 2018 a controladora não possuía saldo de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social. Em 2017, o o saldo de prejuízo fiscal era de 77.509 e base negativa no montante R\$ 76.647.

A Companhia contabilizou impostos diferidos sobre as seguintes diferenças temporárias e de bases:

Consolidado

	Impostos Diferidos					
	Ativo		Passivo		Líquido	
	2018	2017	2018	2017	2018	2017
Provisão para contingências	15.872	1.220	-	-	15.872	1.220
Ativo biológico	-	-	(6.404)	(7.159)	(6.404)	(7.159)
Mudança de taxa de depreciação	-	-	(34.002)	(31.630)	(34.002)	(31.630)
Depreciação acelerada	-	-	(4.471)	(6.088)	(4.471)	(6.088)
Prejuízo fiscal	-	26.275	-	-	-	26.275
Ajuste de avaliação a valor justo	-	-	(13.614)	(13.614)	(13.614)	(13.614)
Indenização defasagem de preço	2.889	2.731	(17.650)	(16.829)	(14.761)	(14.098)
Reserva de reavaliação	-	-	(416)	(691)	(416)	(691)
Resultado não realizado com derivativos	1.547	-	-	-	1.547	-
Outros	-	-	(234)	(201)	(234)	(201)
	<u>20.308</u>	<u>30.226</u>	<u>(76.791)</u>	<u>(76.212)</u>	<u>(56.483)</u>	<u>(45.986)</u>
Ativo não circulante	20.308	30.226	-	-	20.308	30.226
Passivo não circulante	-	-	(76.791)	(76.212)	(76.791)	(76.212)
	<u>20.308</u>	<u>30.226</u>	<u>(76.791)</u>	<u>(76.212)</u>	<u>(56.483)</u>	<u>(45.986)</u>

Companhia Melhoramentos Norte do Paraná
Demonstrações financeiras em
31 de Dezembro de 2018

Controladora

	Impostos Diferidos					
	Ativo		Passivo		Líquido	
	2018	2017	2018	2017	2018	2017
Provisão para contingências	15.872	1.220	-	-	15.872	1.220
Ativo biológico	-	-	(6.404)	(7.159)	(6.404)	(7.159)
Mudança de taxa de depreciação	-	-	(34.002)	(31.630)	(34.002)	(31.630)
Depreciação acelerada	-	-	(4.471)	(6.088)	(4.471)	(6.088)
Prejuízo fiscal	-	26.275	-	-	-	26.275
Ajuste de avaliação a valor justo	-	-	(13.614)	(13.614)	(13.614)	(13.614)
Indenização defasagem de preço	2.889	2.731	(17.650)	(16.829)	(14.761)	(14.098)
Reserva de reavaliação	-	-	(416)	(691)	(416)	(691)
Resultado não realizado com derivativos	1.547	-	-	-	1.547	-
	<u>20.308</u>	<u>30.226</u>	<u>(76.557)</u>	<u>(76.011)</u>	<u>(56.249)</u>	<u>(45.785)</u>
Ativo não circulante	20.308	30.226	-	-	20.308	30.226
Passivo não circulante	-	-	<u>(76.557)</u>	<u>(76.011)</u>	<u>(76.557)</u>	<u>(76.011)</u>
	<u>20.308</u>	<u>30.226</u>	<u>(76.557)</u>	<u>(76.011)</u>	<u>(56.249)</u>	<u>(45.785)</u>

b. Composição do imposto de renda e contribuição social do resultado do exercício

Consolidado

	2016	Resultado	Compensado com Parcelamento	2017	Resultado	Patrimônio Líquido	2018
Provisão para contingências	1.220	-	-	1.220	14.652	-	15.872
Ativo biológico	(6.495)	(664)	-	(7.159)	755	-	(6.404)
Mudança de taxa de depreciação	(29.609)	(2.021)	-	(31.630)	(2.372)	-	(34.002)
Depreciação acelerada	(5.909)	(179)	-	(6.088)	1.617	-	(4.471)
Prejuízo fiscal	13.596	13.256	(577)	26.275	(26.275)	-	-
Ajuste de avaliação a valor justo	(5.576)	(8.038)	-	(13.614)	-	-	(13.614)
Indenização defasagem de preço	(13.465)	(633)	-	(14.098)	(663)	-	(14.761)
Reserva de reavaliação	(882)	191	-	(691)	275	-	(416)
Resultado não realizado com derivativos	-	-	-	-	-	(1.547)	1.547
Outros	(281)	(56)	-	(201)	(33)	-	(234)
	<u>(47.401)</u>	<u>1.856</u>	<u>(577)</u>	<u>(45.986)</u>	<u>(12.044)</u>	<u>(1.547)</u>	<u>(56.483)</u>

Controladora

	2016	Resultado	Saldos de Incorporação CMNL	Saldos de Incorporação DMSA	Compensado com Parcelamento	2017	Resultado	Patrimônio Líquido	2018
Provisão para contingências	1.043	(19)	74	122	-	1.220	14.652	-	15.872
Ativo biológico	(4.346)	(663)	(2.150)	-	-	(7.159)	755	-	(6.404)
Mudança de taxa de depreciação	(2.410)	235	(429)	(29.026)	-	(31.630)	(2.372)	-	(34.002)
Depreciação acelerada	(5.909)	(179)	-	-	-	(6.088)	1.617	-	(4.471)
Prejuízo fiscal	12.146	13.792	-	-	336	26.275	(26.275)	-	-
Ajuste de avaliação a valor justo	(4.546)	(8.038)	-	(1.030)	-	(13.614)	-	-	(13.614)
Indenização defasagem de preço	-	-	-	(14.098)	-	(14.098)	(663)	-	(14.761)
Reserva de reavaliação	-	-	-	(691)	-	(691)	275	-	(416)
Resultado não realizado com derivativos	-	-	-	-	-	-	-	(1.547)	1.547
	<u>(4.022)</u>	<u>5.128</u>	<u>(2.505)</u>	<u>(44.723)</u>	<u>336</u>	<u>(45.785)</u>	<u>(12.011)</u>	<u>(1.547)</u>	<u>(56.249)</u>

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e da contribuição social debitada em resultado é demonstrada como segue:

	Consolidado		Controladora	
	2018	2017	2018	2017
Lucro contábil antes dos juros sobre capital próprio	347.662	36.224	347.384	20.813
(-) Juros sobre o capital próprio	(6.700)	-	(6.700)	-
Lucro contábil antes do imposto de renda e da contribuição social	340.962	36.224	340.684	20.813
Alíquota fiscal combinada	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota fiscal combinada	(115.927)	(12.316)	(115.833)	(7.076)
Adições permanentes:				
Provisões e despesas indedutíveis	(246)	(201)	(246)	(144)
Realização da reserva de reavaliação	(274)	(359)	(274)	-
Leasing	(183)	(284)	(183)	(242)
Doação	(561)	(85)	(561)	-
Provisão para contingências	(649)	(568)	(649)	(502)
AVP fornecedores	(1.088)	(920)	(1.088)	(899)
Prejuízo Fiscal	-	(730)	-	-
Outras	(369)	(1.153)	(92)	(857)
Exclusões permanentes:				
Resultado de participações societárias	5.619	20	6.489	10.805
Reversão de provisões	648	673	648	591
Resultado não realizado em estoque	-	1.947	-	1.947
Outras	2.493	3.701	1.529	1.505
Imposto de renda e contribuição social correntes	(98.493)	(12.131)	(98.249)	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(12.044)	1.856	(12.011)	5.128
Total	(110.537)	(10.275)	(110.260)	5.128
Alíquota efetiva	32%	28%	32%	-25%

14 Investimentos

	Consolidado	
	2018	2017
Investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial		
Copersucar S.A.	23.979	8.952
	23.979	8.952
Controladora		
	2018	2017
Investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial		
CMNP Imobiliária Ltda.	33.969	29.749
Copersucar S.A.	23.979	8.952
	57.948	38.701

Companhia Melhoramentos Norte do Paraná
Demonstrações financeiras em
31 de Dezembro de 2018

	Participação	Quantidade de ações/quotas	Total de ativos	Total de passivos	Patrimônio Líquido	Receitas	Despesas	Lucro ou prejuízo	Equivalência Patrimonial
31 de dezembro de 2017									
Companhia Melhoramentos Nova Londrina (incorporada)	-	-	-	-	-	-	-	-	(97)
Destilarias Melhoramentos S.A (incorporada)	-	-	-	-	-	-	-	-	28.112
CMNP Imobiliária Ltda.	99,77%	22.475.129	31.166	31.166	29.764	4.676	903	3.773	3.765
									<u>31.780</u>
31 de dezembro de 2018									
CMNP Imobiliária Ltda.	99,96%	24.743.242	35.557	35.557	33.984	2.718	158	2.560	2.559
Copersucar S.A.	2,99%	36.967.442	9.384.311	9.384.311	800.980	21.880.319	21.792.456	87.863	16.527
									<u>19.086</u>

Informação sobre os investimentos na Copersucar S.A.

A Copersucar S.A., constituída na forma de sociedade anônima de capital fechado, domiciliada no Brasil, tem a exclusividade na comercialização dos volumes de açúcar e etanol produzidos pelas unidades produtoras localizadas nos Estados de São Paulo, Paraná, Minas Gerais e Goiás, sócias e que inclui a Companhia Melhoramentos Norte do Paraná, gerenciando todos os elos da cadeia de açúcar e etanol, desde o acompanhamento da safra no campo até os mercados finais, incluindo as etapas de armazenamento, de transporte e de comercialização.

Outras informações relevantes sobre os investimentos

As demonstrações financeiras da controlada foram auditadas pelos mesmos auditores independentes da Companhia.

15 Outros investimentos

Consolidado e Controladora	2018	2017
Ativos financeiros disponíveis para venda:		
Centro de Tecnologia Canavieira - CTC (1)	3.576	3.576
Outros investimentos	<u>1.328</u>	<u>1.566</u>
	<u>4.904</u>	<u>5.142</u>

(1) Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia possui saldo de R\$ 3.576 referente a 1.782 ações do CTC atualizadas ao seu valor justo com base em operação de venda de novas ações emitidas pela investida junto a terceiros no valor de R\$ 1.970,39 por ação.

16 Propriedade para investimentos

Refere-se a diversos lotes urbanos localizados em pontos estratégicos do Município de Cianorte, Estado do Paraná, que estavam classificados como estoques no ativo não circulante e foram transferidos para a rubrica propriedade para investimentos, com objetivo de valorização do capital ao longo do tempo, passando a mensuração ser pelo seu valor justo, conforme parecer de avaliação a valor justo para fins de determinação dos ativos registrados como Propriedade para Investimentos, emitido por empresa especializada.

Os lotes urbanos foram valorizados pelo método comparativo de dados de mercado e características. O critério adotado foi o da comparação entre eventos similares localizados na mesma região onde se encontram os lotes em questão. Os valores apresentados representam o valor justo, que é o valor pela qual um ativo pode ser negociado.

A Administração não tem interesse em disponibilizar tais terrenos para venda no período de pelo menos 5 anos.

Companhia Melhoramentos Norte do Paraná
Demonstrações financeiras em
31 de Dezembro de 2018

	Consolidado e Controladora	
	2018	2017
Saldo em 1º de janeiro	37.467	13.813
Reclassificação de estoques	-	13
Alteração do valor justo	-	23.641
Saldo em 31 de dezembro	37.467	37.467

A mensuração do valor justo de todas as propriedades para investimentos foram classificados como Nível 3 com bases nos *inputs* utilizados na nota explicativa nº 4 (i).

A Companhia avaliou os preços de mercado dos referidos terrenos por empresa especializada e não houve alteração para o exercício de 2018.

17 Imobilizado

a. Consolidado

	<u>Equipamentos</u>									
	Terras	Construções e instalações	Escritório	Transporte	Técnicos	Agrícolas e Pastoris	Plantas portadoras	Lavoura de cana	Imobilizado em andamento	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2016	13.739	34.553	3.181	13.631	160.524	28.463	200	142.843	8.038	405.172
Aquisições	-	1.445	660	2.384	2.407	9.043	-	53.386	25.889	95.214
Transferências	-	114	16	-	5.976	207	1	180	(6.494)	-
Baixas	-	(802)	(34)	(227)	(28)	(39)	-	(9.534)	(78)	(10.742)
Depreciação	-	(1.479)	(660)	(2.149)	(12.046)	(6.556)	(15)	(38.317)	-	(61.222)
Saldos em 31 de dezembro de 2017	13.739	33.831	3.163	13.639	156.833	31.118	186	148.558	27.355	428.422
Custo total	13.739	50.442	11.492	26.988	273.244	75.635	741	370.368	27.355	850.004
Depreciação acumulada	-	(16.611)	(8.329)	(13.349)	(116.411)	(44.517)	(555)	(221.810)	-	(421.582)
Saldos em 31 de dezembro de 2017	13.739	33.831	3.163	13.639	156.833	31.118	186	148.558	27.355	428.422
Aquisições	-	748	1.188	11.842	2.241	6.131	-	80.440	31.802	134.392
Transferências	-	6.581	40	134	33.534	777	-	181	(41.247)	-
Baixas	-	(167)	(5)	(4.748)	(47)	(329)	(28)	(1.119)	-	(6.443)
Depreciação	-	(1.532)	(632)	(1.517)	(12.429)	(5.570)	(27)	(67.060)	-	(88.767)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	13.739	39.461	3.754	19.350	180.131	32.128	131	161.000	17.910	467.604
Custo total	13.739	57.957	12.698	32.557	308.563	79.940	710	449.870	17.910	973.944
Depreciação acumulada	-	(18.496)	(8.944)	(13.207)	(128.432)	(47.812)	(579)	(288.870)	-	(506.340)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	13.739	39.461	3.754	19.350	180.131	32.128	131	161.000	17.910	467.604

b. Controladora

	<u>Equipamentos</u>						Culturas permanentes	Lavoura de cana	Imobilizado em andamento	Total
	Terras	Construções e instalações	Escritório	Transporte	Técnicos	Agrícolas e Pastoris				
Saldos em 31 de dezembro de 2016	3.226	2.215	1.181	7.101	-	20.878	200	79.910	70	114.781
Aquisições	-	1.225	384	2.289	-	9.043	-	50.836	-	63.777
Imobilizado adicionada por incorporação	10.513	46.515	5.218	8.506	273.227	10.372	-	103.241	27.381	484.973
Transferências	-	(373)	3	1	-	207	-	180	(18)	-
Baixas	-	(787)	(16)	(221)	-	(39)	-	(9.534)	(78)	(10.675)
Depreciação	-	(127)	(311)	(1.850)	-	(6.444)	(14)	(38.304)	-	(47.050)
Depreciação adicionada por incorporação	-	(14.837)	(3.300)	(2.187)	(116.395)	(2.898)	-	(37.771)	-	(177.388)
Saldos em 31 de dezembro de 2017	13.739	33.831	3.159	13.639	156.832	31.119	186	148.558	27.355	428.418
Custo total	13.739	50.442	11.487	26.988	273.227	74.447	741	370.368	27.355	848.794
Depreciação acumulada	-	(16.611)	(8.328)	(13.349)	(116.395)	(43.328)	(555)	(221.810)	-	(420.376)
Saldos em 31 de dezembro de 2017	13.739	33.831	3.159	13.639	156.832	31.119	186	148.558	27.355	428.418
Aquisições	-	748	1.188	11.842	2.241	6.131	-	80.440	31.802	134.392
Transferências	-	6.581	40	134	33.534	777	-	181	(41.247)	-
Baixas	-	(167)	(5)	(4.748)	(47)	(329)	(28)	(1.119)	-	(6.443)
Depreciação	-	(1.532)	(631)	(1.517)	(12.429)	(5.570)	(27)	(67.060)	-	(88.766)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	13.739	39.461	3.751	19.350	180.131	32.128	131	161.000	17.910	467.601
Custo total	13.739	57.957	12.692	32.557	308.563	79.940	710	449.870	17.910	973.938
Depreciação acumulada	-	(18.496)	(8.941)	(13.207)	(128.432)	(47.812)	(579)	(288.870)	-	(506.337)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	13.739	39.461	3.751	19.350	180.131	32.128	131	161.000	17.910	467.601

A Companhia possui imóveis cedidos em operações contratadas pela própria Companhia no montante de R\$ 350.095 (R\$ 238.314 em 2017).

Garantia

Os bens do ativo imobilizado foram cedidos em garantia de empréstimos e financiamentos, conforme descrito na nota explicativa nº 19.

Análise do valor de recuperação

De acordo com o CPC 01 (R1) Redução ao Valor Recuperável dos Ativos, a Companhia e sua controlada avaliaram em 31 de dezembro de 2018 os indicativos e concluíram não haver necessidade de determinação do valor recuperável.

18 Fornecedores

	Consolidado		Controladora	
	2018	2017	2018	2017
Fornecedores a pagar a terceiros	44.424	55.210	44.423	55.201
	<u>44.424</u>	<u>55.210</u>	<u>44.423</u>	<u>55.201</u>
Circulante	44.424	55.189	44.423	55.180
Não Circulante	-	21	-	21
	<u>44.424</u>	<u>55.210</u>	<u>44.423</u>	<u>55.201</u>

19 Empréstimos e financiamentos

Essa nota divulga informações contratuais sobre a posição de empréstimos e financiamentos da Companhia. A Nota Explicativa nº 26 divulga informações adicionais com relação à exposição da Companhia aos riscos de taxa de juros e moeda.

	Consolidado		Controladora	
	2018	2017	2018	2017
Passivo circulante				
Debêntures	-	16.646	-	16.646
Capital de giro	31.662	36.163	31.662	36.163
FINAME	9.080	12.650	9.080	12.650
Custeio agrícola	4.099	10.893	4.099	10.893
<i>Leasing</i>	177	751	177	751
Cédula de Crédito Bancário (CDC-P.J.)	16	342	16	342
	<u>45.034</u>	<u>77.445</u>	<u>45.034</u>	<u>77.445</u>
Passivo não circulante				
Debêntures	-	172.038	-	172.038
Capital de giro	486.474	66.241	486.474	66.241
FINAME	16.953	21.058	16.953	21.058
Custeio agrícola	1.028	5.098	1.028	5.098
<i>Leasing</i>	-	171	-	171
Cédula de Crédito Bancário (CDC-P.J.)	-	15	-	15
	<u>504.455</u>	<u>264.621</u>	<u>504.455</u>	<u>264.621</u>
	<u>549.489</u>	<u>342.066</u>	<u>549.489</u>	<u>342.066</u>

As operações de empréstimos e financiamentos, estão garantidas por aval da Controladora Caiuá Participações em Agronegócios Ltda. e da empresa ligada CMNP Imobiliária Ltda., aplicações financeiras, alienação fiduciária dos bens objeto dos financiamentos, aval da Diretoria, Cessão de Direitos Creditórios da Cooperativa de Produtores de Cana-de-Açúcar, Açúcar e de Alcool do Estado de São Paulo, notas promissórias e imóveis de propriedade da Companhia.

As taxas de financiamentos e os prazos de vencimentos das operações estão assim distribuídos

Consolidado e controladora

Modalidade	Moeda	Indexador	Taxa média anual de juros	Ano de vencimento	2018		2017	
					Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Debêntures	R\$	CDI e Taxa Pré-fixada	10,30%	2022	-	-	188.684	188.684
Capital de giro	R\$	CDI e Taxa Pré-fixada	9,16%	2019 a 2023	327.393	327.393	102.404	102.404
Capital de giro	R\$	Dólar (US\$) e Taxa Pré-fixada	5,51%	2019 a 2023	190.744	190.744	-	-
FINAME	R\$	Diversas(1) e Taxa Pré-fixada	8,24%	2019 a 2024	26.033	26.033	33.708	33.708
Custeio agrícola	R\$	TJLP/CDI e Taxa Pré-fixada	11,30%	2019 a 2020	5.127	5.127	15.991	15.991
<i>Leasing</i>	R\$	CDI e Taxa pré-fixada	18,32%	2019	177	177	922	922
Céd. Créd. Bancário	R\$	Taxa pré-fixada	21,70%	2019	15	15	357	357
					549.489	549.489	342.066	342.066

Valor justo

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, os empréstimos e financiamentos não possuem valor cotado, mas o valor justo se aproxima substancialmente do seu valor contábil, em função da exposição a taxas de juros variáveis e a variação irrelevante do risco de crédito da Empresa e suas controladas.

As parcelas classificadas no passivo circulante e não circulante têm o seguinte cronograma de pagamento:

	Consolidado e controladora	
Ano de vencimento	2018	2017
2018	-	77.445
2019	45.039	80.970
2020	143.010	86.905
2021	148.209	68.915
2022	130.626	27.831
Acima de 2023	82.605	-
	549.489	342.066

Conciliação da movimentação do fluxo de caixa decorrentes das atividades de financiamentos durante o exercício encerrado:

Consolidado						Apropriação de	31 de dezembro
	31 de dezembro	Adições	Pagamentos	Juros pagos	encargos	financeiros	de 2018
	de 2017						
Empréstimos e financiamentos	342.066	514.379	(300.454)	(37.586)	31.084		549.489
Instrumentos financeiros derivativos - nota 20	-	-	-	-	18.985		18.985
Financiamentos - Cooperativa - nota 21	99.599	279.882	(309.189)	(13.877)	6.106		62.521
Total	441.665	794.261	(609.643)	(51.463)	56.175		630.995

20 Instrumentos financeiros derivativos

Para mitigação dos efeitos cambiais em operação de Capital de Giro, a Companhia contratou operação de *Swap* de Fluxo de Caixa, indexada à variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) mais 2,75% a.a. em substituição à taxa de captação da Cédula de Crédito a Exportação contratada em dólar (US\$) mais 5,51% a.a., cujo resultado foi registrado através de *hedge accounting*.

A atualização dos valores foi feita com base na posição *Mark-to-Market (MtM)* de 31 de dezembro de 2018, e corresponde a R\$ 18.985.

As exposições dos riscos estão apresentadas na nota explicativa nº 26.

21 Financiamentos - Cooperativa

	Consolidado		Controladora	
	2018	2017	2018	2017
Financiamentos Cooperativa	62.521	99.599	62.521	99.599
Circulante	54.564	90.432	54.564	90.432
Não Circulante	7.957	9.167	7.957	9.167
	62.521	99.599	62.521	99.599

Referem-se a recursos financiados junto à Cooperativa dos Produtores de Cana-de-Açúcar, Açúcar e de Alcool do Estado de São Paulo, garantidos por aval da Controladora Caiuá Participações em Agronegócios Ltda., cartas de fianças e notas promissórias.

22 Provisão para contingências

Consolidado e Controladora

	Tributárias	Trabalhistas	Cíveis	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2016	1.205	1.996	264	3.465
Provisões constituídas durante o exercício	37	1.436	50	1.523
Provisões revertidas durante o exercício	-	(222)	-	(222)
Provisões utilizadas durante o exercício	(133)	(1.174)	-	(1.307)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	1.109	2.036	314	3.459
Provisões constituídas durante o exercício	44.197 (i)	769	37	45.003
Provisões revertidas durante o exercício	-	(1.224)	(149)	(1.373)
Provisões utilizadas durante o exercício	-	(513)	-	(513)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	45.306	1.068	202	46.576

- (i) Provisões tributárias efetuadas no exercício no montante de R\$ 44.182 na Empresa e suas controladas refere-se basicamente a possíveis discussões de PIS e COFINS, sendo contabilizados na rubrica de despesas administrativas e gerais (nota nº 29).

Para as contingências apresentadas acima existem depósitos judiciais que compõem o montante respectivamente de R\$ 1.923 (R\$ 1.802 em 2017).

A Companhia possui ações de naturezas tributária e trabalhista, envolvendo riscos de perda classificados pela administração como possíveis, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, para as quais não há provisão constituída, no montante aproximado de R\$ 7.602, (R\$ 9.921 em 2017), conforme mencionado pelas práticas contábeis adotadas no Brasil.

23 Partes relacionadas

a. Remuneração do pessoal chave da administração

O pessoal chave da administração inclui os conselheiros e diretores. A remuneração paga aos conselheiros e diretores é definida na Assembleia Geral dos Acionistas e os valores pagos no exercício a título de remuneração foram R\$ 7.265 (R\$ 3.656 em 2017).

b. Benefícios a empregados

Os principais benefícios que a Companhia e sua controlada concede aos seus empregados são: plano de previdência privada, programa de participação nos resultados, plano de assistência médica, seguro de vida e vale alimentação.

O Plano de Previdência Privada foi instituído em 1º de janeiro de 2004, tendo sua modalidade de plano de contribuições definidas (aposentadoria por idade) para os empregados com salário superior a R\$ 5. Durante o exercício de 2018 a Companhia e sua controlada contribuiu com a importância de R\$ 692 (R\$ 295 em 2017).

c. Principais saldos e transações que afetaram o resultado:

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, assim como as transações que influenciaram o resultado do exercício, relativas a operações com partes relacionadas, decorrem de transações com a Companhia e companhias relacionadas às quais foram realizadas em condições usuais de mercado para os respectivos tipos de operações:

	Consolidado		Controladora	
	2.018	2.017	2.018	2.017
Ativo circulante				
Outros créditos				
CMNP Imobiliária Ltda	-	-	608	896
	-	-	608	896
	-	-	608	896
Adiantamento fornecedor imobilizado				
Caiuá Participações em Agronegócios Ltda	-	29.544	-	29.544
	-	29.544	-	29.544
	-	29.544	-	29.544
Dividendos a pagar				
Caiuá Participações em Agronegócios Ltda.	48.271	5.686	48.271	5.686
	48.271	5.686	48.271	5.686
	48.271	5.686	48.271	5.686

Transações

	Controladora	
	2018	2017
Venda de cana-de-açúcar	-	148.056
Variação monetária e juros sobre mútuos	-	13

Conforme previsto no CPC 05 - Divulgações sobre Partes Relacionadas, a controladora da Companhia é a Caiuá Participações Ltda. que detém 90,93% (90,93% em 2017) das ações que representam o seu capital social.

d. Garantias prestadas

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, os valores que a controlada CMNP Imobiliária Ltda. possuía de garantias, avais e fianças prestadas para empresas a Controladora, podem ser assim sumarizados:

	Consolidado	
	2018	2017
CMNP Imobiliária Ltda.	443.595	236.809

24 Garantias prestadas a terceiros

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, os valores que a Companhia possuía em garantias, avais e fianças prestadas para terceiros, podem ser assim sumarizados:

	Consolidado	
	2018	2017
Maringá Ferro-Liga S.A.	874	1.361

25 Patrimônio líquido

Capital social

O capital social está representado por 407.532.016 (idêntico em 2017) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

Nos termos do art. 199 da Lei nº 6.404/76, em 31 de dezembro de 2018 a Companhia possui excesso de reservas sobre o capital. A proposta da administração é de aumentar o capital social através de capitalização de reserva estatutária operacional, assunto que será deliberado na próxima Assembleia Geral dos Acionistas a ser realizada até o final do mês de abril de 2019.

Reserva legal

É constituído à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

Em 31 de dezembro de 2018, com a constituição do valor de R\$ 2.538, essa reserva atingiu o limite de 20% do capital social.

Reserva estatutária operacional

Refere-se à retenção do saldo remanescente do lucro líquido do exercício a fim de assegurar investimentos em bens do ativo imobilizado, ou acréscimos do capital de giro, inclusive através de amortização das dívidas da Companhia, independentemente das retenções de lucros vinculadas ao orçamento de capital em observância ao artigo 194 da Lei das Sociedades por Ações. O saldo não poderá ultrapassar a 90% do capital social.

Em 31 de dezembro de 2018, o saldo da reserva estatutária operacional ultrapassou a 90% do capital social, conforme previsto no art. 22 parágrafo 3º do Estatuto Social e excesso de reservas sobre o capital conforme previsto no art. 199 da Lei nº 6.404/76. A proposta da administração é de aumentar o capital social através de capitalização da reserva estatutária operacional, assunto que será deliberado na próxima Assembleia Geral dos Acionistas a ser realizada até o final do mês de abril de 2019.

Reserva de reavaliação

Constituída em decorrência das reavaliações de bens do ativo imobilizado, efetuada em 2006 com base em laudo de avaliação elaborado por peritos avaliadores independentes, correspondendo à contrapartida do novo valor de custo atribuído a esses bens, conforme faculta o item 38(a) do Pronunciamento Técnico CPC 13. A reserva de reavaliação está sendo realizada por depreciação, baixa, ou constituição de provisão para redução ao valor recuperável dos bens reavaliados contra lucros acumulados, líquida dos encargos tributários.

Dividendos

De acordo com o estatuto social, aos titulares das ações será atribuído, em cada exercício, dividendo não inferior a 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do artigo 202 da Lei 6.404/76.

As bases dos dividendos podem ser assim demonstradas:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Lucro do exercício	237.124	25.941
(-) Constituição de reserva legal	2.538	1.297
(+) Reavaliação reflexa	<u>533</u>	<u>370</u>
(=) Lucro líquido ajustado	235.119	25.014
Porcentagem sobre o lucro líquido ajustado	25%	25%
Dividendo mínimo obrigatório - 25%	58.780	6.253
(-) Juros sob capital próprio	<u>5.695</u>	<u>-</u>
(=) Dividendos a pagar	53.085	6.253

Participação dos administradores nos lucros

De acordo com o art.152 da Lei nº 6.404/76 os Acionistas em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, realizada em 09 de março de 2017, atribuíram aos administradores participação no lucro no montante de R\$ 2.500 (3.099 em 2017).

26 Instrumentos financeiros

a. Gestão de riscos financeiros

Visão geral

A Companhia e sua controlada apresentam exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito
- Risco de liquidez
- Risco de mercado
- Risco operacional

Essa nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia e sua controlada a cada um dos riscos supramencionados, os objetivos e políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco, e o gerenciamento de capital de cada Companhia. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo dessas demonstrações financeiras.

b. Estrutura do gerenciamento de risco

Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro da Companhia e sua controlada caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis da Companhia de clientes e em títulos de investimento.

A gestão do risco de crédito da Companhia e da sua controlada é centrada no relacionamento formalizado com a Copersucar S.A. e com a Cooperativa de Produtores de Cana-de-açúcar, Açúcar e Alcool do Estado de São Paulo.

O direcionamento dos negócios “Cooperativa/Cooperados” é tratado em reuniões para tomadas de decisões, acompanhamento dos resultados e adequações das estratégias estabelecidas, visando manter os resultados esperados.

A administração entende que o risco de crédito é monitorado de maneira adequada e frequente, o que minimiza as possibilidades de ocorrências de descumprimento.

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia e sua controlada irão encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

A previsão de fluxo de caixa da Companhia monitora continuamente a liquidez. Essa previsão considera os planos de financiamento de dívida da Companhia e o cumprimento de suas metas.

Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio e taxas de juros têm nos ganhos da Companhia ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

Os empréstimos contratados pela Companhia e sua controlada são em sua maioria em moeda nacional, não ficando expostos a risco de câmbio ou instabilidade internacional.

O contrato de empréstimo, que está sujeito à variação da taxa de cambio, tem o risco cambial neutralizado através de Instrumento Derivativo de *Swap*.

Risco de taxa de juros

Decorre da possibilidade da Companhia estar sujeita a ganhos ou perdas em seus ativos ou passivos financeiros decorrentes de variações nas taxas de juros. Visando a mitigação deste tipo de risco, a Companhia e sua controlada busca diversificar a captação de recursos em termos de taxas pré-fixadas e pós-fixadas.

Risco de moeda

A Companhia está sujeita ao risco de moeda nas vendas e empréstimos denominados em uma moeda diferente da respectiva moeda funcional das entidades da Companhia e sua controlada.

Risco operacional

Com o objetivo de implementar controles e gerar resultados, a Companhia e sua controlada, baseada em indicadores de desempenho define as responsabilidades operacionais e monitora as diversas áreas, priorizando produtividade, segurança, respeito ao meio ambiente e lucratividade, agregados ao desenvolvimento de habilidades e capacitação de seus colaboradores. Este conjunto de valores permite que a gestão operacional da Companhia e da sua controlada maximize os resultados pretendidos.

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Companhia e da sua controlada e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. Riscos operacionais surgem de todas as operações da Companhia e da sua controlada.

O objetivo da Companhia e da sua controlada é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação da Companhia e sua controlada e buscar eficácia de custos e para evitar procedimentos de controle que restrinjam iniciativa e criatividade.

A principal responsabilidade para o desenvolvimento e implementação de controles para tratar riscos operacionais é atribuída à alta administração. A responsabilidade é apoiada pelo desenvolvimento de padrões gerais da Companhia e da sua controlada para a administração de riscos operacionais nas seguintes áreas:

- Exigências para segregação adequada de funções, incluindo a autorização independente de operações;
- Exigências para a reconciliação e monitoramento de operações;
- Cumprimento com exigências regulatórias e legais;
- Documentação de controles e procedimentos;
- Exigências para a avaliação periódica de riscos operacionais enfrentados e a adequação de controles e procedimentos para tratar dos riscos identificados;
- Exigências de reportar prejuízos operacionais e as ações corretivas propostas;
- Desenvolvimento de planos de contingência;
- Treinamento e desenvolvimento profissional;
- Padrões éticos e comerciais; e
- Mitigação de risco, incluindo seguro quando eficaz.

Em 2018 a Companhia contratou operação considerada como sendo instrumentos financeiros derivativos, cujo risco cambial está neutralizado através de Instrumento Derivativo de Swap.

A Companhia opera com diversos instrumentos financeiros, sendo eles: contas a receber de clientes, contas a pagar a fornecedores, empréstimos e financiamentos e instrumentos derivativos (*swap*).

Durante o exercício findo de 31 de dezembro de 2018, não foi realizada nenhuma reclassificação de instrumentos financeiros.

Companhia Melhoramentos Norte do Paraná
Demonstrações financeiras em
31 de Dezembro de 2018

Consolidado

Ativos	Nota	Ativos financeiros disponíveis para venda		Custo Amortizado	
				2018	2017
Caixa e Equivalentes de caixa	6	-	123.321	123.321	65.586
Aplicações Financeiras	6	-	277.985	277.985	8.639
Contas a receber de clientes	7	-	8.983	8.983	14.896
Contas correntes - Cooperativa	8	-	28.088	28.088	25.339
Adiantamento a fornecedores		-	6.551	6.551	3.308
Outros créditos	12	-	54.295	54.295	51.134
Outros investimentos	15	4.904	-	4.904	5.142
		4.904	499.223	504.127	174.044

	Nota	Passivo financeiro pelo custo amortizado		Passivo financeiro ao valor justo	
				2018	2017
Fornecedores	18	44.424	-	44.424	55.210
Empréstimos e financiamentos	19	549.489	-	549.489	342.066
Instrumentos financeiros derivativos	20	-	18.985	18.985	-
Financiamentos - Cooperativa	21	62.521	-	62.521	99.599
Adiantamento de clientes		59	-	59	30.396
Outras obrigações		8.749	-	8.749	8.253
		665.242	18.985	684.227	535.524

Controladora

Ativos	Nota	Ativos financeiros disponíveis para venda		Custo Amortizado	
				2018	2017
Caixa e Equivalentes de caixa	6	-	122.902	122.902	60.183
Aplicações Financeiras	6	-	272.964	272.964	8.639
Contas a receber de clientes	7	-	3.772	3.772	10.066
Adiantamento a fornecedores		-	6.551	6.551	3.308
Contas correntes - Cooperativa	8	-	28.088	28.088	25.339
Outros investimentos	15	4.904	-	4.904	14.094
Outros créditos	12	-	54.890	54.890	52.029
		4.904	489.167	494.071	173.658

Passivos	Nota	Passivo financeiro pelo custo amortizado		Passivo financeiro ao valor justo	
				2018	2017
Fornecedores	18	44.423	-	44.423	55.201
Empréstimos e financiamentos	19	549.489	-	549.489	342.066
Instrumentos derivativos	20	-	18.985	18.985	-
Financiamentos - Cooperativa	21	62.521	-	62.521	99.599
Adiantamento de clientes		59	-	59	30.396
Outras obrigações		8.749	-	8.749	8.253
		665.241	18.985	684.226	535.515

Risco de crédito

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, a Companhia e sua controlada adota como prática a análise das situações financeira e patrimonial de suas contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto. No que tange às instituições financeiras, a Companhia somente realiza operações com instituições financeiras de baixo risco avaliadas por agências de *rating*.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras foi:

Riscos de crédito

	Consolidado		Controladora	
	2018	2017	2018	2017
Caixa e equivalentes de caixa	123.321	65.586	122.902	60.183
Aplicações financeiras	277.985	8.639	272.964	8.639
Contas a receber de clientes	8.983	14.896	3.772	10.066
Adiantamento a fornecedores	6.551	3.308	6.551	3.308
Conta corrente Cooperativa	28.088	25.339	28.088	25.339
Outros créditos	54.296	51.134	54.890	52.029
	499.224	168.902	489.167	159.564

Os instrumentos financeiros não apresentam concentrações significativas de risco.

Risco de mercado

Decorre da possibilidade de oscilação dos preços de mercado dos produtos comercializados e adquiridos pela Companhia. Essas oscilações de preços podem provocar alterações substanciais nas receitas e nos custos da Companhia.

Risco de taxas de juros

Decorre da possibilidade da Companhia sofrer ganhos ou perdas relativas às oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia busca rendimentos conservadores e taxas de juros para operações financeiras com menor custo.

c. Análise de sensibilidade

A Companhia apresenta a seguir os quadros de sensibilidade para os riscos de variação e de juros que está exposta considerando que os eventuais efeitos impactariam os resultados futuros tomando como base as exposições apresentadas em 31 de dezembro de 2018.

Desta forma o quadro abaixo demonstra a situação do efeito da variação da taxa de juros no resultado futuro:

Análise de sensibilidade - Consolidado

		Cenário I		Cenário II				Cenário III				
		<u>Saldo em</u>			<u>Incremento</u>		<u>Deterioração</u>		<u>Incremento</u>		<u>Deterioração</u>	
		<u>31/12/2018</u>	<u>Taxa</u>		<u>Taxa</u>		<u>Taxa</u>		<u>Taxa</u>		<u>Taxa</u>	
<u>Aplicações Financeiras</u>												
Aplicações Financeiras	CDI	401.061	6,40%	25.668	8,00%	32.085	4,80%	19.251	9,60%	38.502	3,20%	12.834
<u>Empréstimos e Financiamentos</u>												
Capital de Giro	CDI	327.394	6,40%	20.953	8,00%	26.192	4,80%	15.715	9,60%	31.430	3,20%	10.477
Capital de Giro	US\$	190.743	3,8748	-	5	47.686	3	(47.686)	6	95.372	2	(95.372)
Finame	TJLP	4.039	6,98%	282	8,73%	352	5,24%	211	10,47%	423	3,49%	141
Finame	SELIC	898	6,50%	58	8,13%	73	4,88%	44	9,75%	88	3,25%	29
Finame	TLP/IPCA	58	3,75%	2	4,69%	3	2,81%	2	5,63%	3	1,88%	1
Custeio Agrícola	TJLP	2.330	6,98%	163	8,73%	203	5,24%	122	10,47%	244	3,49%	81
Custeio Agrícola	CDI	2.797	6,40%	179	8,00%	224	4,80%	134	9,60%	269	3,20%	90
Leasing	CDI	17	6,40%	1	8,00%	1	4,80%	1	9,60%	2	3,20%	1
		<u>528.276</u>		<u>21.638</u>		<u>74.734</u>		<u>(31.457)</u>		<u>127.831</u>		<u>(84.552)</u>
Efeito Líquido		<u>127.215</u>		<u>(4.030)</u>		<u>42.649</u>		<u>(50.708)</u>		<u>89.329</u>		<u>(97.386)</u>

Análise de sensibilidade - Controladora

		Cenário I		Cenário II				Cenário III				
		<u>Saldo em</u> <u>31/12/2018</u>	<u>Taxa</u>	<u>Incremento</u>	<u>Taxa</u>	<u>Deterioração</u>	<u>Taxa</u>	<u>Incremento</u>	<u>Taxa</u>	<u>Deterioração</u>		
<u>Aplicações Financeiras</u>												
Aplicações Financeiras	CDI	395.634	6,40%	25.321	8,00%	31.651	4,80%	18.990	9,60%	37.981	3,20%	12.660
<u>Empréstimos e Financiamentos</u>												
Capital de Giro	CDI	327.394	6,40%	20.953	8,00%	26.192	4,80%	15.715	9,60%	31.430	3,20%	10.477
Capital de Giro	US\$	190.743	3,8748	-	4,8435	47.686	2,9061	(47.686)	5,8122	95.372	1,9374	(95.372)
Finame	TJLP	4.039	6,98%	282	8,73%	352	5,24%	211	10,47%	423	3,49%	141
Finame	SELIC	534	6,50%	35	8,13%	43	4,88%	26	9,75%	52	3,25%	17
Finame	TLP/IPCA	58	3,75%	2	4,69%	3	2,81%	2	5,63%	3	1,88%	1
Custeio Agrícola	TJLP	2.330	6,98%	163	8,73%	203	5,24%	122	10,47%	244	3,49%	81
Custeio Agrícola	CDI	2.797	6,40%	179	8,00%	224	4,80%	134	9,60%	269	3,20%	90
Leasing	CDI	17	6,40%	1	8,00%	1	4,80%	1	9,60%	2	3,20%	1
		<u>527.912</u>		<u>21.615</u>		<u>74.704</u>		<u>(31.475)</u>		<u>127.795</u>		<u>(84.564)</u>
Efeito Líquido		<u>132.278</u>		<u>(3.706)</u>		<u>43.053</u>		<u>(50.465)</u>		<u>89.814</u>		<u>(97.224)</u>

As operações de Capital de Giro e *Leasing* estão atreladas à variação da taxa de juros pós-fixada CDI - Certificado de Depósito Interbancário. Para efeito de análise de sensibilidade a Companhia adotou a taxa vigente no último dia da apuração das demonstrações financeiras, para o Cenário I. Para o Cenário II aplicou-se o incremento e a deterioração em 25% e para o Cenário III em 50%, somente na parcela variável (CDI) das taxas contratadas.

Para as operações de Finame atreladas à variação da TJLP - Taxa de Juros de Longo Prazo a Companhia adotou a taxa vigente no último dia da apuração das demonstrações financeiras, e efetuou os cálculos de acordo com a condição contratual, onde a parcela excedente a 6% ao ano, será capitalizada da seguinte maneira: $[(1 + TJLP)/1,06]^{n/360}$, somente sobre a parcela exposta à variação da TJLP. Desta forma o efeito dos incrementos de 25% e 50% são de 2,57076% e 4,21698% ao ano, respectivamente.

Parte das operações de Finame está atrelada à variação da taxa de juros pós-fixada SELIC - Sistema Especial de Liquidação e de Custódia. Para efeito de análise de sensibilidade a Companhia adotou a taxa vigente no último dia da apuração das demonstrações financeiras, para o Cenário I. Para o Cenário II aplicou-se o incremento e a deterioração em 25% e para o Cenário III em 50%, somente na parcela variável (SELIC) das taxas contratadas.

Risco de taxa de juros

Na data das demonstrações financeiras, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros era:

Consolidado	Valor contábil	
	2018	2017
Instrumentos de taxa variável		
Ativos financeiros		
Caixa e equivalentes de caixa	123.321	65.586
Aplicações financeiras	277.985	8.639
	401.306	74.225
Instrumentos de taxa fixa		
Passivos financeiros		
Financiamentos bancários	549.489	342.066
Instrumentos financeiros derivativos	18.985	-
	568.474	342.066

d. Valor justo

Valor justo versus valor contábil

Os valores justos dos ativos e passivos financeiros, juntamente com os valores contábeis apresentados no balanço patrimonial, são os seguintes:

	Consolidado		Controladora	
	2018		2018	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos				
Caixa e equivalentes de caixa	123.321	123.321	122.902	122.902
Aplicações financeiras	277.985	277.985	272.964	272.964
Contas a receber de clientes	8.983	8.983	3.772	3.772
Adiantamento a fornecedores	6.551	6.551	6.551	6.551
Conta corrente Cooperativa	28.088	28.088	28.088	28.088
Outros créditos	54.295	54.295	54.890	54.890
Passivos				
Fornecedores	44.424	44.424	44.423	44.423
Empréstimos e financiamentos	549.489	549.489	549.489	549.489
Financiamentos - Cooperativa	62.521	62.521	62.521	62.521
Adiantamento de clientes	59	59	59	59
Outras obrigações	8.749	8.749	8.749	8.749

Para todas as operações apresentadas no quadro acima, a administração da Companhia considera que o valor justo equipara-se ao valor contábil, uma vez que para essas, o valor contábil reflete o valor de liquidação.

Hierarquia de valor justo

A tabela abaixo apresenta instrumentos financeiros registrados pelo valor justo, utilizando um método de avaliação.

Os diferentes níveis foram definidos como a seguir:

- **Nível 1** - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos;
- **Nível 2** - *Inputs*, exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e
- **Nível 3** - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

Consolidado				
	Valor contábil em 31/12/2018	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos				
Caixa e equivalentes de caixa	123.321	123.321	-	-
	Valor contábil em 31/12/2017	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos				
Caixa e equivalentes de caixa	65.586	65.586	-	-

Controladora	Valor contábil em 31/12/2018	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos				
Caixa e equivalentes de caixa	122.902	122.902	-	-
	Valor contábil em 31/12/2017	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos				
Caixa e equivalentes de caixa	60.183	60.183	-	-

e. Gerenciamento do capital

A Companhia gere seus investimentos em capital para certificar que a entidade tenha assegurada sua continuidade desde um ponto de vista de situação patrimonial maximizando a rentabilidade dos acionistas através da otimização da estrutura de patrimônio e recursos de terceiros no passivo dos respectivos balanços.

A gestão do capital é focada no incremento do valor do negócio a longo prazo tanto para os acionistas e investidores, como para empregados e clientes. O objetivo é a consecução constante e sustentável de seus resultados através de crescimento orgânico. Para este propósito é necessário por um lado o equilíbrio nos negócios com um controle sobre os riscos financeiros, combinado com o grau de flexibilidade financeira requerida para alcançar tais objetivos.

A Companhia busca gerir seus recursos a fim de assegurar adequada remuneração de seu capital e equilíbrio financeiro. Para tal é realizado o planejamento e controle financeiro, analisando-se investimentos, despesas, receitas, resultados, dívidas, entre outras variáveis. Neste controle, destacam-se os seguintes indicadores para análise e decisão acerca da gestão de capital.

A Companhia gerencia os seguintes indicadores financeiros consolidados:

EBITDA consolidado - ajustado (i)	2018	2017
Resultado antes dos impostos	347.662	36.224
Ajustes		
Resultado financeiro líquido	40.779	50.558
Mudança de valor justo de ativo biológico	2.221	(1.952)
Depreciação do imobilizado e ativo biológico	142.392	113.527
Provisão para contingências	43.117	(6)
Avaliação valor justo propriedade para investimento	-	(23.641)
Despesas e impostos sobre indenização defasagem de preço	464	1.233
Alienação de investimento	(360.115)	-
Resultado da equivalência patrimonial	(16.527)	-
Dividendos recebidos	1.504	-
EBITDA consolidado	201.497	175.943

Divida líquida / EBITDA

Empréstimos e financiamentos

Empréstimos e financiamentos	549.489	342.066
Financiamentos - Cooperativa	62.521	99.599
Instrumentos financeiros derivativos	18.985	-
Total de empréstimos e financiamentos	630.995	441.665
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(123.321)	(65.586)
(-) Aplicações financeiras	(277.985)	(8.639)
Dívida líquida	229.689	367.440
Divida líquida / EBITDA	1,14	2,09

- (i) **EBITDA ajustado:** lucro operacional antes de juros, tributos, amortizações de plantio e tratos culturais da cana-de-açúcar e demais amortizações e depreciações.

Liquidez corrente

Ativo circulante	512.153	318.465
Passivo circulante	221.802	286.028
Liquidez corrente	2,31	1,11

Para as operações financeiras contratadas pela Companhia junto ao Itáú Unibanco S.A., Banco Santander (Brasil) S.A., Banco do Brasil S.A. e Banco Rabobank Intenational Brasil S.A., operações essas mencionadas na nota explicativa nº 19, ficou definido que serão seguidos os indicadores financeiros acima, tendo as seguintes metas a serem alcançadas: (a) Divida Líquida/EBITDA igual ou menor 2,25 vezes; (b) Divida Líquida total até o limite de R\$ 350.000; e (c) Liquidez Corrente: mínimo igual a 1. Para o exercício de 2017 os indicadores foram (a) Divida Líquida/EBITDA igual ou menor 2,50 vezes; (b) Divida Líquida total até o limite de R\$ 380.000; e (c) Liquidez Corrente: mínimo igual a 1.

Conforme demonstrado acima, todos os indicadores foram cumpridos no exercício de 2018.

27 Receita operacional líquida

	<u>Consolidado</u>		<u>Controladora</u>	
	2018	2017	2018	2017
Venda de produtos industriais	500.163	453.629	500.163	-
Venda de produtos agro-pecuários	7.557	7.671	7.557	155.598
Venda de imóveis	5.660	16.346	2.715	11.199
Vendas diversas	749	1.326	749	235
(-) Deduções sobre vendas	(64.248)	(51.811)	(64.021)	(5.727)
	<u>449.881</u>	<u>427.161</u>	<u>447.163</u>	<u>161.305</u>

28 Outros resultados operacionais

	Consolidado		Controladora	
	2018	2017	2018	2017
Ajuste de avaliação a valor justo	-	23.641	-	23.641
Outras receitas - Cooperativa	2.717	2.498	2.717	-
Indenização de seguros	261	357	261	301
Alienação investimentos (1)	360.115	-	360.115	-
Resultado na baixa de ativo imobilizado	(339)	(121)	(339)	(154)
Outros resultados operacionais	446	1.242	430	883
Recuperação de despesas	233	343	225	319
Reversão de provisões	2.365	934	2.365	818
	365.798	28.894	365.774	25.808

- (1) Refere-se ao valor líquido do êxito na ação judicial que a Companhia moveu contra a Lafarge Brasil S.A. tendo como objetivo a definição dos critérios de apuração do preço das ações da Lafarge Brasil S.A. para reembolso no direito de retirada no investimento naquela empresa. A Companhia exerceu o direito de retirada em 2011 e discutiu a diferença do preço na ação judicial em questão.

29 Despesas por natureza

Consolidado	2018	2017
Depreciação e amortização	142.392	113.527
Despesas com pessoal	121.266	51.717
Custo dos produtos, exceto fretes, transbordo e armazenagem	108.633	176.910
Fretes, transbordo, armazenagem e despesas com embarque	2.563	1.966
Contingências	43.117	51
Outras despesas	23.573	27.114
	441.544	371.285
Classificado como:		
Custo dos produtos vendidos e serviços prestados	345.450	320.073
Administrativas e gerais	93.531	49.246
Despesas com vendas	2.563	1.966
	441.544	371.285

Controladora	2018	2017
Depreciação e amortização	142.391	79.547
Despesas com pessoal	121.266	19.939
Custo dos produtos, exceto fretes, transbordo e armazenagem	108.000	48.995
Fretes, transbordo, armazenagem e despesas com embarque	2.396	844
Contingências	43.117	51
Outras despesas	23.537	9.105
	<u>440.707</u>	<u>158.481</u>
Classificado como:		
Custo dos produtos vendidos e serviços prestados	344.816	141.704
Administrativas e gerais	93.495	15.933
Despesas com vendas	2.396	844
	<u>440.707</u>	<u>158.481</u>

30 Financeiras líquidas

Consolidado	2018	2017
Juros Ativos	7.208	960
Rendimento de aplicações financeiras	11.573	4.240
Ajuste a valor presente - clientes	796	640
Receita financeira - Cooperativa	61	213
Variações cambiais	12.358	-
Variações monetárias diversas	2.460	2.869
Outras receitas financeiras	4.552	3.348
Receitas financeiras	<u>39.008</u>	<u>12.270</u>
Despesa de juros sobre passivos financeiros	(43.859)	(54.107)
Despesas financeiras - cooperativa	(797)	(749)
Custo captação recursos financeiros	(11.148)	(1.381)
Despesas com instrumentos financeiros derivativos	(14.434)	-
Outras despesas	(9.549)	(6.591)
Despesas financeiras	<u>(79.787)</u>	<u>(62.828)</u>
Financeiras líquidas	<u>(40.779)</u>	<u>(50.558)</u>

Controladora	2018	2017
Juros ativos	7.208	530
Rendimento de aplicações financeiras	11.297	2.305
Variações cambiais	12.358	-
Variações monetárias diversas	2.460	13
Outras receitas financeiras	<u>4.721</u>	<u>3.517</u>
Receitas financeiras	<u><u>38.044</u></u>	<u><u>6.365</u></u>
Despesa de juros sobre passivos financeiros	(43.856)	(42.144)
Despesas financeiras - cooperativa	(797)	(749)
Custo captação debêntures	(11.148)	(1.381)
Despesas com instrumentos financeiros derivativos	(14.434)	-
Outras despesas	<u>(9.520)</u>	<u>(3.642)</u>
Despesas financeiras	<u><u>(79.755)</u></u>	<u><u>(47.916)</u></u>
Financeiras líquidas	<u><u>(41.711)</u></u>	<u><u>(41.551)</u></u>

31 Compromissos

Compromisso de fornecimento etanol

A Companhia possui contrato de exclusividade de fornecimento de etanol junto a Cooperativa dos Produtores de Cana-de-Açúcar, Açúcar e Alcool do Estado de São Paulo, pelo prazo de 3 anos safras, sendo o contrato renovado a cada safra.

A Companhia também é interveniente garantidora das operações de venda de etanol correspondente ao contrato firmado pela Cooperativa dos Produtores de Cana-de-Açúcar, Açúcar e Alcool do Estado de São Paulo junto a Copersucar S.A., o qual tem caráter de exclusividade, assegurando diretamente e indiretamente, benefícios e vantagens financeiras e mercadológicas. Os fatores de risco de preço desse contrato são os indicadores ESALQ para os mercados interno e externo.